



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DOURIVAN ELIAS VIEIRA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA NO IFPB – SOUSA**

João Pessoa – PB

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOURIVAN ELIAS VIEIRA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA NO IFPB – SOUSA**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós – Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na linha de Pesquisa Políticas Educacionais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Salete Barboza de Farias

João Pessoa - PB
2010

V658e Vieira, Dourivan Elias.

O estágio supervisionado curricular na formação do técnico em agropecuária no IFPB-Sousa/ Dourivan Elias Vieira.- - João Pessoa : [s.n.], 2010.

116f. : il.

Orientadora: Maria da Salete Barboza de Farias.

Dissertação(Mestrado) – UFPB/CE.

*1.Educação profissional. 2.Estágio supervisionado.
3.Técnico Agrícola. 4.IFPB-Souza.*

UFPB/BC

CDU: 373.6(043)

DOURIVAN ELIAS VIEIRA

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: no IFPB – SOUSA**

Data de defesa: 29 de novembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Maria da Salete Barboza de Farias (Orientadora - PPGE/CE/UFPB)

Dr^a. Glória das Neves Dutra Escarião (PPGCR/UFPB)

Dr^a. Sônia de Almeida Pimenta (PPGE/UFPB).

João Pessoa- PB
2010

*A força do Amor
Transpõe todos os obstáculos:
Impulsiona, mobiliza, motiva, faz acontecer.
A Marcelo, pelo estímulo de recomeçar sempre.
À Ana Beatriz, razão maior deste desafio.
Com carinho dedico.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu a concretização de um projeto por meio deste trabalho; “tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses 4:13).

A professora Dr^a Maria da Salete Barboza, pela orientação criteriosa sempre que necessário. Pela amizade e paciência demonstradas nas reuniões de orientação e pela postura rigorosa na condução deste trabalho, o que muito me incentivou.

As professoras Dr^a Sonia Pimenta e Dr^a Marileide Melo, examinadoras da banca de qualificação pelo olhar crítico, somando conhecimentos para o aprimoramento deste trabalho.

Aos professores do Mestrado em Educação do PPGE da Universidade Federal da Paraíba, cujas aulas muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores e aos alunos egressos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – Sousa-PB, participantes da pesquisa de campo, pela relevância e credibilidade das declarações fornecidas nos questionários.

Ao IFPB- Sousa, na pessoa do Professor Francisco Cicupira, pela permissão de aproveitar a oportunidade de aumentar os conhecimentos e crescer na área profissional.

A Marcelio, pelo companheirismo, paciência, compreensão e apoio nunca ausente, que muito contribuiu para permanecer acesa a chama da perseverança, dando-me força para não desistir da caminhada.

Aos meus Pais pela compreensão da minha ausência e incentivo em continuar este trabalho.

A Ana Beatriz herdeira do saber.

A Neurivan e Família, que subsidiaram no percurso deste caminho.

Ao Prof. Julio César por saber ouvir e compreender o grito forte do silêncio.

As colegas desta jornada, Heloiza, Dorinha, Leuziedna e Vandelúcia, pela partilha, companhia e força nesta labuta.

LISTA DE SIGLAS

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CEFET-PB - Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

COLEITE – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Leite de Gado de Corte do Sertão LTDA

COOPEAFS - Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EAFS –PB - Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará EMEPA-

PB - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba

EMPASA-PB - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

FNE- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFPB - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba

INCRA -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

PIVAS -Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

QP – Questionário dos Professores

QEM - Questionários das Empresas

QE – Questionário dos Egressos

QA – Questionários dos Alunos

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

TABELA 1. Distribuição das respostas dos professores sobre a concepção do Estágio Supervisionado do curso Técnico em Agropecuária	55
TABELA 2. Distribuição das respostas sobre a importância do Estágio Supervisionado, na formação do Técnico em Agropecuária	61
TABELA 3. Distribuição das respostas sugeridas pelos Professores do IFPB-Sousa, para realização do Estágio Supervisionado	64/65
TABELA 4. Distribuição das respostas dos professores sobre os entraves que dificultam a realização do Estágio Supervisionado dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – Sousa.	68
TABELA 5. Distribuição das respostas dos professores, sobre as dificuldades que o estagiário encontra para a realização do Estágio Supervisionado.	71
TABELA 6. Distribuição das respostas das Empresas, sobre a participação dos estagiários do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – SOUSA, durante o Estágio Supervisionado.....	77
TABELA 7. Distribuição das atividades desenvolvidas pelos estagiários do curso Técnico em Agropecuária, durante a realização do Estágio Supervisionado na Empresa.....	78
TABELA 8. Distribuição das respostas das Empresas sobre a importância das atividades do Estagiário para o desenvolvimento da Empresa.	79
TABELA 9. Distribuição das respostas das empresas, sobre o Curso Técnico em Agropecuária, se estar atendendo ou não às necessidades do mercado.	81
TABELA 10. Distribuição das propostas e justificativas das Empresas sobre o melhor período para o estagiário do curso Técnico em Agropecuária realizar seu Estágio Supervisionado na Empresa.	82
TABELA 11. Distribuição das atividades realizadas pelos egressos do curso Técnico em Agropecuária durante o período do Estágio Supervisionado nas Empresas.	84
TABELA 12. Distribuição das respostas apresentadas pelos egressos, quando inferidos sobre as facilidades/dificuldades encontradas durante a realização do Estágio Supervisionado.....	85
TABELA 13. Distribuições das respostas dos alunos quanto às contribuições do Estágio Supervisionado na formação do Técnico em Agropecuária.	86

TABELA 14. Distribuição das respostas dos Egressos do Curso Técnico em Agropecuária, sobre a importância do Estágio Supervisionado, na sua formação profissional	87/88
TABELA 15. Distribuição das respostas dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária sobre a visão que a empresa tem em relação ao Estágio Supervisionado.....	89
TABELA 16 Distribuição das respostas dos Estudantes concluintes do Curso Técnico em Agropecuária, em relação à área que pretendem realizar seu Estágio Supervisionado:.....	90
TABELA 17. Demonstrativo da concessão de Estágio.....	92
TABELA 18. Demonstrativo das respostas dos alunos estagiários sobre o que mais chamou atenção durante o período de Estágio.	93
TABELA 19. Distribuição das atividades previstas no plano de Estágio.	94
TABELA 20. Distribuição das respostas dos Estagiários, sobre sua expectativa mediante o estágio	95

RESUMO

Este trabalho é resultante de uma pesquisa realizada sobre o Estágio Supervisionado do Curso Técnico de nível médio em Agropecuária no Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – *Campus* Sousa (IFPB – Sousa). Teve por objetivo analisar a proposta e a prática do Estágio Supervisionado do referido curso a partir dos sujeitos envolvidos neste processo. A origem deste estudo está ligada a prática de estágio adotada nos anos de 2007 e 2008 na Escola Agrotécnica Federal de Sousa, e em 2009 no IFPB – Sousa. Buscou-se ver as implicações dessas práticas na formação desses profissionais. Sendo assim, procurou-se caracterizar as contribuições que o Estágio Supervisionado Curricular tem apresentado para a formação do Técnico em Agropecuária. Foi adotada a pesquisa quantitativa e qualitativa, tendo como método o estudo de caso. Utilizou-se como procedimento metodológico questionários com professores, alunos e empresários dos setores agrícolas, no que se refere à prática de estágio supervisionado em foco e de que forma contribui para a formação profissional dos alunos. Os indicadores apontaram o Estágio Supervisionado como possibilidade de adquirir e ampliar conhecimento, tendo em vista um panorama de mercado de trabalho, oportunidade de perceber-se como sujeito em processo de amadurecimento pessoal, profissional e intelectual, entre outros confirmando assim importantes contribuições do Estágio Supervisionado para a formação desses profissionais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Estágio Supervisionado; Técnico Agrícola; IFPB – SOUSA.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una encuesta sobre la formación bajo la supervisión de técnicos de nivel medio Curso de Agricultura en el Instituto Federal de Educación Tecnológica de Paraíba - Campus de Sousa (IFPB - Sousa). Dirigido a examinar la propuesta y la práctica supervisada de ese curso de los individuos involucrados en este proceso. El origen de este estudio está en la etapa de la práctica adoptada en los años 2007 y 2008 en la Escuela Agrotécnica Federal de Sousa, y en 2009 IFPB - Sousa. En ambos trató de ver las implicaciones de estas prácticas en la formación de estos profesionales. Así que buscó caracterizar las contribuciones de Encuadramiento curricular ha presentado para la formación de Técnico en Agronomía. Hemos adoptado la investigación cuantitativa y cualitativa, teniendo como el método de estudio de caso. Fue utilizado como un procedimiento metodológico cuestionarios con los profesores, estudiantes y hombres de negocios en sus sectores agrícolas, en términos de práctica supervisada en el enfoque y la manera en que contribuye a la formación profesional de los estudiantes. Los indicadores sugieren que supervisó el entrenamiento como una posibilidad de adquirir y ampliar los conocimientos en la vista una visión general del mercado de trabajo, la oportunidad de sí mismos como sujetos en el proceso de crecimiento personal, desarrollo profesional e intelectual, lo que confirma, entre otras contribuciones importantes de Encuadramiento para su formación.

Palabras-clave: Formación Profesional; Prácticas Supervisadas; Técnicos Agrícolas; IFPB SOUSA.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO

II EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO AGRÍCOLA: RECORTE HISTÓRICO

.....	17
2.1. Educação Profissional no Brasil	17
2.1.1 Educação Profissional na Paraíba	24
2.2 Trajetória do Ensino Agrícola no Brasil	27
2.2.1 Trajetória do Ensino Agrícola na Paraíba	30
2.2.2 O Ensino Agrícola em Sousa-PB	32

III ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM

AGROPECUÁRIA 39

3.1 Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária, concepções e base legal	39
3.2 O desenvolvimento do Supervisionado no IFPB – Sousa	44
3.3 A formação do Técnico em Agropecuária	46

IV PROCEDIMENTO METODOLÓGICO 48

V DINÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO TÉCNICO EM

AGROPECUÁRIA NO IFPB SOUSA.....52

5.1 Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária no IFPB – Sousa	52
5.1.1 A Coordenação e Orientação de Estágio Supervisionado no IFPB de Sousa	53
5.2 O Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária e os múltiplos olhares de seus atores	54
5.2.1 O Estágio visto pelos professores	54
5.2.2 O olhar das Empresas Concedentes sobre o Estágio Supervisionado	76
5.2.3 Os Egressos e sua experiência no campo de estágio	83
5.2.4 O Estagiário no cenário das Empresas Concedentes	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

REFERÊNCIAS.....102

APÊNDICES 110

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado Curricular – ESC - na Formação do Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB -Sousa constitui o tema central deste trabalho. A inquietação que originou esta pesquisa foi particularmente minha vivência como coordenadora do setor responsável pelos encaminhamentos de estágios, acompanhamento de egressos e relações empresariais na antiga Escola Agrotécnica Federal de Sousa¹, atualmente IFPB *Campus* Sousa. Este setor era formalmente denominado de Coordenadoria de Integração Escola Comunidade – CIEC. Essa experiência me permitiu acompanhar o estudante desde seu ingresso à escola, até a conclusão de curso, bem como a vida de egressos. Os alunos que ingressavam na Escola visavam, em sua maioria, concluir um curso técnico profissionalizante haja vista que em tese facilitaria a sua inserção no mercado de trabalho. Para eles, o Estágio Supervisionado seria uma porta aberta para realizar este objetivo.

Como Pedagoga e coordenadora da CIEC, convivi com os professores da área técnica da referida escola, e nos encontros formais e informais com esses profissionais, já nos preocupávamos com a qualidade de educação desses jovens, sobretudo no que se referia a formação profissional. Atualmente ainda nos perguntamos que tipo de profissionais o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, *Campus* de Sousa, estaria lançando no mundo do trabalho. Considerando o curso como um todo e principalmente o papel do estágio nessa aproximação do aluno com a realidade, sentimo-nos instigados a pesquisarmos sobre este tema: como o estágio supervisionado vem contribuindo para a formação do Técnico em Agropecuária? Como os nossos egressos percebem as orientações e práticas no campo de estágio? Como alunos e professores vêm assumindo as atividades propostas pelo Estágio? Quais questões são privilegiadas pelos alunos e professores, na efetivação do Estágio Curricular? Como as empresas agrícolas do município de Sousa têm percebido a prática de nossos estagiários?

O referencial teórico respalda-se nos estudos sobre o Estágio Curricular através do diálogo com os autores que privilegiam categorias consideradas fundamentais, a fim de compreendermos o Estágio Supervisionado na formação do

1. ¹ A minha atuação na CIEC se deu no período de 1999 a 2008.

Técnico em Agropecuária do IFPB *Campus* - Sousa em sua dinâmica teórica e prática: o estágio como possibilidade de superação desta dicotomia.

Pimenta (2009, p.45), ao discorrer sobre estágio, defende uma redefinição, a fim de superar a dicotomia teoria e prática, o estágio deve refletir, a partir da realidade, tendo como finalidade propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará. Estágio como elemento articulador do currículo e de buscas de conhecimentos teóricos metodológicos é defendido por Buriolla (2009, p.11), que considera o Estágio Supervisionado “o *lócus* para o estagiário realizar treinamento do seu papel profissional, é parte integrante e essencial para a sua formação, devendo extrapolar o nível do fazer fazer, enfatizando uma atitude de busca de conhecimentos mas consciente de sua ação”. E por fim o estágio como *lócus* de formação, partilha de saberes e experiências (CASTRO, 2000, p.16), mediante o “diálogo permanente entre alunos e professores com profissionais experientes na área de atuação”.

Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de um melhor acompanhamento dos formandos do Curso Técnico em Agropecuária, tendo o Estágio Supervisionado Curricular o eixo central para um melhor conhecimento das contribuições que tem apresentado para melhoria da qualificação profissional dos alunos. Ao investigar a relação entre teoria e prática; bem como analisar as propostas e ações emanadas do Estágio, a articulação e percepção de professores, alunos e empresas/mercado, é possível conhecer a sua contribuição para a formação dos alunos e, conseqüentemente, para uma melhor atuação profissional. Do ponto de vista de nossos professores esperamos contribuir também para reflexões, nas suas atividades acadêmicas que envolvam principalmente o Estágio.

Situando a Temática

O Estágio Supervisionado Curricular é um componente direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados e inerentes ao perfil do formando. É requisito obrigatório para obtenção do diploma de Técnico em Agropecuária, sendo considerado instrumento de integração e treinamento prático. Pode ser visto também como uma oportunidade para que o educando tenha um aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano. Desta forma, consideramos importante para a qualificação profissional do aluno, por ser a condição que lhe é oferecida para adquirir conhecimentos e experiências práticas. Com a vivência do Estágio é esperado que o aluno enriqueça e sedimente o aproveitamento do que foi e está sendo oferecido durante o curso.

O Estágio Supervisionado Curricular da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB, foi criado junto com a implantação do curso Técnico em Agropecuária na década de 1980, mediante um trabalho de acompanhamento de egresso através do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional – CENAFOR. O estágio, inicialmente, tinha como objetivo orientar e acompanhar os alunos no desempenho de suas atividades exigidas nesse período de experiência profissional. Atualmente, o Estágio Supervisionado Curricular de acordo com o PPI da escola consiste na complementação do ensino e da aprendizagem em conformidade com o conteúdo das disciplinas, capacita o aluno na identificação de problemas e na proposição fundamentada de soluções, dentro do contexto empresarial. Tem como função unir o conhecimento teórico e prático, com o objetivo de colocar o futuro profissional em contato com a realidade do mundo produtivo.

Neste contexto, situamos a questão principal norteadora desta investigação: quais as contribuições que o Estágio Supervisionado Curricular tem apresentado para a formação do Técnico em Agropecuária?

Em decorrência desta questão principal surgem outras questões: Como vem sendo realizada a proposta de Estágio Supervisionado Curricular no IFPB _ Sousa? Como os alunos têm percebido as orientações e práticas do estágio? Como os alunos e professores têm assumidos as propostas emanadas do estágio supervisionado e as demandas do mercado de trabalho? Quais as dificuldades institucionais enfrentadas no Estágio supervisionado e suas implicações para a

formação profissional? A partir destes questionamentos apresentamos a seguir os objetivos da investigação.

Objetivos

O estudo tem como objetivo geral:

- Analisar a proposta e a prática do Estágio Supervisionado do curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – Sousa a partir dos sujeitos envolvidos neste processo.

Como objetivos específicos apresentamos:

- Caracterizar a proposta de Estágio Supervisionado no contexto da prática curricular trabalhada pelo IFPB - Sousa; (2009 -)

- Analisar a percepção de professores e alunos no que se refere à prática de estágio supervisionado;

- Analisar a percepção dos empresários do setor agrícola sobre a prática do estágio enfatizando o perfil dos Técnicos que o IFPB está formando;

Para atingirmos esses objetivos consultamos o Catálogo Nacional de Cursos, a fim de situarmos sobre o curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária e como se processa a formação profissional desses técnicos.

Estrutura e organização do trabalho

Para atingir os objetivos, esta dissertação está distribuída em cinco capítulos: no primeiro capítulo apresentamos uma introdução situando a temática, o porquê da escolha do tema, indicação da fundamentação teórica envolvendo conceito e concepções de estágio supervisionado, objetivos e a proposta metodológica.

No segundo capítulo abordamos os recortes da Educação Profissional no Brasil e na Paraíba contextualizando as Políticas Educacionais Brasileira nos anos de 1990 a 2009, e a trajetória do Ensino Agrícola no Brasil e na Paraíba. Apresentamos um breve relato do município de Sousa, situando o IFPB no espaço histórico e geográfico. Descrevemos a Instituição de Ensino desde sua origem até os dias atuais com novo desenho da realidade, caracterizando a clientela escolar através de dados sócios econômicos culturais e escolares dos alunos. No terceiro capítulo discorremos sobre o Estágio Supervisionado e a Formação do Técnico em Agropecuária, considerando-o como componente curricular: concepções e práticas. Situamos os aspectos legais do Estágio Curricular, o Estágio Supervisionado Curricular na formação do técnico em Agropecuária e levantamos a questão da dicotomia teoria e prática, de que forma está sendo trabalhada, a importância da articulação do Estágio Curricular na formação profissional do Técnico em Agropecuária. Delineamos também a formação do Técnico em Agropecuária no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Sousa.

No quarto capítulo descrevemos o processo metodológico da pesquisa, baseado no eixo teórico dos autores, Minayo (2009), Bardin (1977) e Franco (2007), assim como detalhamos o processo da pesquisa.

No quinto capítulo, pontuamos a dinâmica do Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Agropecuária, no IFPB – Sousa, mediante análise documental e em seguida a análise das experiências dos estagiários, as percepções dos professores e dos empresários do município de Sousa – PB na área agrícola. E por fim concluímos apresentando as considerações finais desta dissertação.

II EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO AGRÍCOLA: RECORTE HISTÓRICO

Para melhor compreensão deste estudo, fizemos uma breve reflexão sobre a educação profissional no contexto das políticas educacionais dos anos 1990 a 2009, por se tratar do período que marca as novas propostas e mudanças para o ensino profissional e principalmente para os cursos técnicos. Para compreendermos a realidade atual, recorreremos à história das primeiras unidades/escolas de aprendizes artífices (1909) até a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, instituído pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Tratamos também, mesmo de forma sucinta, sobre a trajetória do Ensino Agrícola no Brasil e na Paraíba, para uma melhor compreensão de sua existência na Paraíba e particularmente na cidade de Sousa-PB.

2.1 Educação Profissional no Brasil

A história da educação profissional no Brasil foi marcada pelo modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, adotado nos anos de 1800, destinava ao amparo da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. Tinha caráter assistencialista: as crianças e os jovens eram encaminhados para as casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Existia uma dualidade na estrutura do ensino: o trabalho intelectual, representado pelo ensino secundário era destinado às classes mais favorecidas, visava formar elites condutoras do país, e o trabalho manual, enfatizado pelo ensino profissional para as classes mais desfavorecidas, aos filhos dos operários, desvalidos da sorte e menores afortunados para ingressarem de forma precoce, no mercado de trabalho. (BRASIL, 2008).

O ensino profissional na Primeira República “foi marcado pelas escolas de aprendizes artífices, criadas pelo presidente Nilo Peçanha no ano de 1909”, com a finalidade de formar operários e contramestres, mediante o ensino prático e de conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício (CUNHA, 2000, p.63).

Em 1917 foi criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás ² “tendo como finalidade preparar professores, mestres e contramestres para as escolas de ensino profissional”. Vale salientar que para conferir o diploma de professor, era obrigatório realizar o estágio curricular (CUNHA, 2000, p.85). Isso demonstra as primeiras preocupações com o Estágio Curricular Supervisionado.

A Lei nº 378 de janeiro de 1937 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional. Em 1942 foi aprovado o conjunto de “Leis Orgânicas do Ensino”, conhecidas como Reforma Capanema, visando realizar mudanças no ensino. As principais mudanças foram: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio, para ingressar nas escolas industriais era necessário o exame de admissão. Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso Técnico Industrial, regulamentado pelo Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, com duração de três anos e mais um de estágio supervisionado na indústria. Trazendo uma prescrição em seu Art. 48, consistirá o estágio em um período de trabalho realizado por aluno, apontando a “autoridade docente” no acompanhamento, diga-se no controle do Estágio e no parágrafo único a necessidade de articulação dos estabelecimentos de ensino e indústrias para viabilizar a realização da atividade de Estágio. Com isso dois aspectos se destacam: a questão do controle e do vínculo direto com o setor industrial, assim o estágio é expresso no referido Decreto – Lei (ROMANELLI, 1980, p.154).

A estrutura do ensino ficou assim consignada: cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. “O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral” (PILETTI, 1996, p.90).

Os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Técnicas, através do Decreto nº 4.127/42, que passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Em 1942, o ensino industrial foi vinculado à estrutura do ensino do país, onde os alunos ao se formarem no curso técnico poderiam

² “Venceslau Brás” proclamou o manifesto de 1914, ao falar sobre as escolas profissionais, que deveriam se multiplicar no Brasil.

ingressar no ensino superior desde que houvesse equivalência na área da sua formação, assim dizia o documento sobre Educação Profissional no Brasil publicado no portal.

A Educação era um direito garantido na Constituição de 1946, esta era inspirada em princípios ideológicos liberais, havia um sistema contínuo e articulado de educação para todas as classes, desde o ensino infantil até o superior. Defendia a liberdade de pensamento, a descentralização administrativa e pedagógica e o fornecimento de recursos financeiros à educação, a fim de garantir o acesso à mesma. Em 1948 teve início à luta ideológica em torno dos problemas da Educação, que através do Ministro da Educação, Clementino Mariani, com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional para dá continuidade a luta iniciada no final 1920 (ROMANELLI, 1980, pp.170-171).

Com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/61, instituindo a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi permitida a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes, em todos os cursos do mesmo nível. A esta vitória, o educador Anízio Teixeira classificou como “meia vitória, mas vitória”.³ Essa mudança permitiu eliminar a dualidade entre o ensino para “elites condutoras do país” e ensino para os “desvalidos da sorte” (BRASIL, 2009, p.26).

Em 1971 surgiram novas mudanças na educação. É instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, nº 5.692/1971, reformulou a Lei Federal nº 4.024/61, considerada grande marco na história da educação profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, denominando segundo grau, tornando, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau, em técnico-profissional. “O propósito desta lei era possibilitar ao educando a auto-realização, a qualificação para o exercício de uma atividade e atuando de forma consciente no meio social e político que o cerca”. Vale registrar que estes objetivos não foram alcançados devido a grupos de influências, que segundo Romanelli (1980, p.254) sob o pretexto de atender às contingências locais e individuais.

Carneiro (2000, p. 26-27) afirma que a Lei nº 5.692/71 tratava o ensino de forma fragmentada, uma vez que focava apenas os ordenamentos organizacionais da pré-

³ Anízio Teixeira saudou a nova lei resultante de uma luta em que as pequenas mudanças registraram vitórias, o educador escreveu o artigo “Meia vitória, mas vitória”, sendo publicado pelo Diário de Pernambuco e reproduzido na RBEP, vol. XXVII, nº 86. Segundo informações do site www.cefetquimica.edu.br acesso em 10 de setembro de 2010.

escola e do 1º e 2º graus, deixando claro uma política de exclusão do ensino superior. Era inspirada numa visão de mercado de trabalho, embora desfocado de uma visão de transformação das estruturas sociais e econômicas do País. A Lei 7.044/82⁴ tirou a compulsoriedade do Ensino Médio, uma das inovações trazidas pela referida lei foi substituir a expressão, "qualificação para o trabalho" expressa no artigo 1º da Lei 5.692/72 que cuidava dos objetivos do ensino de 1º e 2º graus, previa o Estágio apenas como forma de cooperação entre as empresas e escolas, entretanto a expressão foi substituída por "preparação para o trabalho" exercendo influência na elaboração dos programas e currículos escolares (BRASIL, 2000).

Em 1972, foi instituída em caráter nacional, o Programa de Bolsa de Trabalho, através do Decreto nº 69.927, com o objetivo de proporcionar aos estudantes de todos os graus de ensino, oportunidade de exercício profissional em órgãos públicos ou particulares. Tendo em vista ser de muita relevância a integração de estudante no processo de desenvolvimento sócio-econômico do País, essa ação congregava esforços dos órgãos de governo, as instituições de ensino as empresas e quaisquer outras entidades que proporcionassem oportunidade de trabalho educativo, sem vínculo empregatício, sendo assim era considerado como estágio, conforme o artigo 9º do Decreto acima mencionado.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo III, Seção I, assegura a educação em seu Art.05 quando afirma que esta é um direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, promovendo e incentivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2005, p. 01). Esta Constituição representa a reconquista da cidadania, onde a Educação é considerada de altíssima relevância.

Apresenta-se de forma abrangente, na Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional⁵, em seu art. 1º focaliza a educação em sua amplitude que deve ser desenvolvida na vida familiar, na

⁴ Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. (www.jusbrasil.com.br acesso em 14 de setembro de 2010)

⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Carneiro (2000, p.32) diz que a educação “é uma responsabilidade da família e do Estado, esta afirmação está respaldada em fontes legais nos vários dispositivos da Constituição, no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Destacamos os objetivos da educação, inspirados em bases legais na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas várias Constituições Nacionais inclusive a atual em seu art. 5º⁶ (CARNEIRO 2000, p.33), de acordo com o art. 2º da Lei 9.394/96, a educação visa “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, divide a educação brasileira em dois níveis: a educação básica e o ensino superior.

Configura a identidade do Ensino Médio como uma “etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do Educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e para cidadania.” (BRASIL, 2005, p.27).

A promulgação desta nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996, o Ensino Médio, antigo 2º Grau, passou a ser compreendido como parte da Educação Básica com objetivo de consolidar e aprofundar a aprendizagem do Ensino Fundamental, oferecer preparação básica para o trabalho e para a cidadania, aprimorando o indivíduo para compreender os processos produtivos em seus fundamentos científico-tecnológicos.

Esta LDB, em seu artigo 39⁷, aborda a necessidade de vincular a educação profissional e o desenvolvimento de aptidões para o mundo do trabalho⁸, não apenas, como diz Carneiro (2000) aos diferentes tipos de educação, mas articulada com o ambiente de trabalho, considerando a evolução científica e tecnológica como base de sustentação, assim como, os currículos devem ser desenvolvidos a partir de prévia definição de habilidades requeridas para o exercício profissional, estreitando

⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

⁷ O art. 39 da Lei 9.394/96 versa sobre a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

⁸ Mundo do trabalho é ambiente de construção de sobrevivência e de transformação social (CARNEIRO, 200, p.32).

a relação escola/empresa. Portanto a Educação profissional tem como finalidade preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.

Salientamos que o Estágio Supervisionado Curricular na atual LDB, no art. 82⁹ da Lei 9.394/96 diz que é necessário estabelecer um regulamento próprio, considerando os seguintes requisitos: os alunos estagiários devem estar regularmente matriculados no ensino médio; devem receber bolsa de estágio; assim como ser encaminhados às empresas devidamente segurados contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica¹⁰.

O Decreto Federal nº 2.208/97¹¹, fundamenta, normatiza e regulamenta o cap. III da LDB, no sentido de prestar explicações ao funcionamento e à estrutura do ensino profissional no Brasil. Configurou a Educação Profissional em três níveis: básico, técnico e tecnológico, com objetivos de formar profissionais, qualificar, reprofissionalizar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos, visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Para tanto, o referido Decreto trouxe inovações como a modularização dos cursos de nível técnico, bem como a certificação de competências. Considerando que um técnico precisa ter competências para transitar com desenvoltura, a fim de atender as várias demandas de uma área profissional, não apenas restringindo a uma habilitação vinculada a um posto de trabalho.

Quanto à certificação de competências, de acordo com o art. 41 da atual LDB, todo cidadão pode ter seus conhecimentos adquiridos na “educação profissional inclusive no trabalho”, reconhecidos, avaliados e certificados a fim de dar continuidade e concluir seus estudos, assim diz o referido Decreto, fazendo valer o direito de cidadania. Para tanto, as escolas técnicas além de oferecerem os cursos regulares, devem proporcionar cursos abertos à comunidade independentemente ao nível de escolaridade, conforme o art. 42 do Decreto 2.208/97. Ressaltamos que estas informações estão contidas no Parecer CNE/CEB Nº 16/99 (BRASIL, 2005)

⁹ Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

¹⁰ A Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o Estágio de estudantes.

¹¹ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Nesse sentido a Educação Profissional apresenta outro perfil. Inicialmente era instrumento de uma política voltada para as classes menos favorecidas, hoje configura em um importante canal de acesso às conquistas científicas e tecnológicas buscando atender ao mundo do trabalho, contribuir também para a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

No que concerne ao Estágio é importante salientar a Resolução CNE/CEB¹² Nº1, de 21 de janeiro de 2004 em seu art. 11 trata o Estágio obrigatório do aluno trabalhador, cabendo a Instituição de Ensino realizar uma avaliação das competências profissionais correspondentes ao perfil profissional de conclusão de curso. O aluno trabalhador deve comprovar que exerce função compatível com o curso e mediante a avaliação da escola, este possa ser dispensado, em parte das atividades de Estágio. Para tanto deve registrar nos prontuários escolares do aluno, a contagem do tempo de trabalho aceito parcial ou total como atividade de Estágio. Quando o trabalho for fora da área profissional do curso, a Instituição de Ensino deve fazer gestão aos empregadores para que o aluno possa ser liberado de horas de trabalho para a efetivação do estágio profissional obrigatório.

Neste sentido, cabe uma reflexão: se o Estágio é uma atividade Curricular Supervisionado, como validar experiências se não houve um acompanhamento sistemático pedagógico desses alunos? Onde ficaria o ato educativo? Entretanto o que se percebe é o cumprimento da lei.

A institucionalização da Educação Profissional no atual Governo Federal (2010) teve um grande avanço, passou a ser priorizada, pois acredita que a redução dos problemas sociais do Brasil depende de ações educativas, sendo assim a educação é considerada como um dos principais eixos de sustentação para qualquer plano. Estabeleceu o Plano de Expansão criando 141 unidades educacionais no período de 2003 a 2009, com a previsão de 2010 de mais 99 unidades, totalizando 240 novas unidades.

Na Rede Federal de Ensino Tecnológico a Educação Profissional enquanto estratégia de desenvolvimento social e econômica vem sendo aprimorada, com o objetivo de oferecer educação com qualidade aos brasileiros, frente ao novo contexto do mundo do trabalho, pautado no conhecimento, assim como atender a esse novo cenário produtivo de desenvolvimento no qual a integração das

¹² CNE/CEB Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

economias e o livre comércio agem em tempo real e em escala global (BRASIL, 2010).

2.1.1 Educação Profissional na Paraíba

A Educação Profissional na Paraíba tem quase cem anos de existência. Seu início é marcado pela criação da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937, inicialmente como a história mostra, fora instalada na capital de João Pessoa, numa ala do quartel da Força Policial, segundo Cunha (2000, p. 86) “as aulas funcionavam nas mesmas salas das oficinas, somente em 1929 a escola foi construída e transferiu-se para seu prédio próprio”.

A Escola tinha por finalidade oferecer um ensino profissional para atender gratuitamente às camadas pobres da população que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar pelo ensino, cujo objetivo era formar mão – de- obra. Ao longo de sua trajetória sofreu várias transformações, recebendo, portanto, diferentes denominações, de acordo com o contexto sócio político e econômico. De 1937 a 1961 foi denominada Liceu Paraibano, de 1961 a 1967 recebeu o nome de Escola Industrial da Paraíba, de 1967 a 1999 Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1999 a 2008 Centro Federais de Educação Tecnológica – CEFET, ao final de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), através dos seus Campi: João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Sousa, Patos, Cabedelo, Monteiro, Picuí e Princesa Izabel, com objetivo de oferecer Educação Profissional e Tecnológica.

O Estado da Paraíba destaca-se com um número elevado de ofertas de vagas no ensino superior bem como na educação básica e profissional. No tocante a Educação Superior existem atualmente onze Instituições, entre elas o IFPB, com oferta de cursos de graduação e pós- graduação nas diversas áreas do conhecimento - centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional.¹³

¹³ Portal IFPB, disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/>

Neste enfoque dos Sistemas de Aprendizagem, destacamos: O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriais - SENAI integrante da Confederação Nacional das Indústrias, criado em 1942 a partir do Decreto 4.048, com objetivo de organizar, administrar, em todo o país escolas de aprendizagem para os industriais, visando desenvolver e aplicar cursos de capacitação profissional para preparar melhor o aprendiz para o mercado das indústrias brasileiras. O SENAI presta os mais variados serviços para atender a demanda. Oferece os cursos de nível Tecnológico, na Paraíba atua na educação profissional, em nível Básico¹⁴ (Aprendizagem), médio (Técnico). O SENAI está presente na maior parte dos Estados Brasileiros, cuja sede encontra - se na capital federal, Brasília.

O Serviço Nacional de aprendizagem Comercial – SENAC, criado pela Conferência Nacional do Comércio (CNC) em 16 de janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei 8.622 que dispõe sobre a atuação da instituição na aprendizagem comercial. Tem como missão educar para o trabalho em atividade de comércio de bens, serviços e turismo. É considerado referência nacional em educação profissional.

O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) surgiu em 1972, no sentido de auxiliar no desenvolvimento e empreendedorismo no Brasil. O SEBRAE tem como principal objetivo, promover o desenvolvimento do país, através da criação de empregos e geração de renda pelo empreendedorismo. É uma empresa privada sem fins lucrativos e a sua principal receita é através da contribuição de cada empresa.

Tem como missão oferecer condições para que as micros e pequenas empresas sobrevivam, oferecendo cursos, palestras, seminários, relativos a empreendedorismo em diversas instituições, para gerentes de empresa ou quem está interessado em cobrir o seu próprio negócio.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR foi criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos termos do Artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que previa sua criação nos moldes do SENAI e SENAC. A Referida Lei foi regulamentada pelo Decreto N ° 566, de 10 de junho de 1992.

¹⁴ Nível Básico é o mais simples e incompleto de todas as pessoas com qualquer nível de instruções podem fazer os cursos.

Nível Técnico apenas as pessoas que tenham o Ensino Médio completo.

Nível Tecnológico o mais completo e formal de todos, somente as Instituições de Ensino Superior podem ofertar, tem o valor da graduação.

Nessas condições, o SENAR é uma Instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação Nacional da Agricultura- CNA. Tem como missão desenvolver atividades de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o "Homem Rural", contribuindo com sua profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e pleno exercício da cidadania, através do princípio metodológico, "Aprender a fazer fazendo", enfatizando a atividade prática de vital importância para aprendizagem.

Podemos dizer que a Educação Profissional na Paraíba teve seu grande marco com a implantação dos Institutos Federais de Educação, através da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, considerada por Pacheco¹⁵ como uma "Revolução na Educação Profissional e Tecnológica". Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Agrotécnicas Federais, estão presente em todos os Estados com o objetivo de desenvolver uma educação profissional cidadã, primando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cuja oferta de cursos dá-se em sintonia com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais de forma que promova o desenvolvimento dos setores produtivos regionais, assim como contribui na construção de um país mais digno e ético, uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais (BRASIL, 2010).

Conforme Pacheco (2008, p.08) o Instituto Federal de Educação Ciência, e Tecnologia tem um papel importante na Educação Profissional e Tecnológica, "garante a perenidade das ações no processo de construção e resgate da cidadania e da transformação social, apresenta uma organização pedagógica de forma verticalizada, que proporciona condições de o estudante realizar trajetórias de formação do técnico ao doutorado".

Reservamos este sub-tópico ao Ensino Agrícola, fizemos uma trajetória desde sua implantação no Brasil, até os dias atuais visando mapear os avanços ocorridos no contexto da Educação Profissional.

¹⁵ Eliezer Moreira Pacheco graduado em História pela Universidade de Santa Maria – UFSM e Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi coordenador geral de duas edições do Fórum Mundial de Educação (2001 e 2003). Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2004) e atual Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

2.1.2 Trajetória no Ensino Agrícola no Brasil

O Ensino Agrícola surgiu no Brasil em 1910, no governo de Nilo Peçanha, previsto pelo Decreto 80.919, de 20 de outubro, que regulamentou essa modalidade de escolas médias e às superiores. O decreto orientava a formação de alunos para estudos teóricos e atividades práticas, desenvolvidas nas diferentes etapas da produção, eram previstas as disciplinas fundamentais, disciplinas específicas e especiais para a agricultura.

Houve uma contínua busca para minimizar as dificuldades da população mais pobres e resolver, especificamente, os problemas dos menores “desfavorecidos da sorte” o que levou os legisladores a criarem instituições de abrigo. Surgindo então os Patronatos Agrícolas¹⁶, através do Decreto 12.893 de 28/02/1918, com objetivo de oferecer a esses “desfavorecidos”, os cursos primário e o profissional , a fim de retirá-los das ruas e dar-lhes uma ocupação.

Portanto, o ensino elementar agrícola só começou a se organizar em 1934, quando os patronatos se transformaram em aprendizados agrícolas e perderam o caráter assistencialista. Segundo Teixeira (1953, apud REIS, 2001, p.40), os referidos cursos tinham a “ finalidade de qualificar adultos, que atuavam no setor da produção agropecuária e ramos de serviços da pecuária e da indústria rural, tendo em vista serem eminentemente práticos”.

O ensino Agrícola no Brasil, no período colonial, conforme Soares (2003, p. 24) não havia sistematização pedagógica ou estruturação curricular: os ofícios eram passados de “pai para filho” nas camadas mais pobres da sociedade, neste período predominava a agricultura, monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo executado de forma manual. Como se pode depreender foi insignificante o desenvolvimento dos ensinos agrônômicos e veterinários, no período colonial e imperial, haja vista à estrutura agrária do tipo feudal, ser caracterizada pelo trabalho escravo.

¹⁶ Os patronatos Agrícolas eram instituições destinadas em quase todo país a dar assistência, proteção, educação cívica, física e profissional aos menores desvalidos, ou seja transformar em “elementos úteis à sociedade centenas de menores retirando-os da ociosidade e do vício”. [...] as finalidades atribuídas aos Patronatos Agrícolas eram conforme o perfil institucional entre os dois modelos: o escolar, voltado para o ensino profissional,educando para o trabalho e o correccional regenerar através da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares. Fonte: (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1988, p.77).

No período de 1910 a 1930, “foram criadas 17 escolas agrícolas, evidenciando uma constante evolução do ensino técnico agrícola no Brasil, bem como uma expansão dos métodos e critérios avaliativos”. (COELHO; REC, 2000, p.63).

As instituições reconhecidas como referências históricas que deram origem ao Ensino Técnico Agrícola no Brasil foram: O Instituto Bahiano¹⁷ de Agricultura e a Escola Técnica de Agricultura, João Simplício Alves de Carvalho, no município de Viamão no Rio Grande do Sul.

No tocante a primeira regulamentação oficial do ensino agrícola no Brasil, em todos os graus e modalidades, “deu-se através do Decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, criando a Escola superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), Rio de Janeiro” (SOARES, 2000, p.23).

A partir dos estudos realizados por Teixeira (2005, p.62), vimos que a reestruturação do Ensino Agrícola é realizada a partir de 1946, quando a preparação dos técnicos agrícolas “é destinada a atender as necessidades do meio rural. A eles são atribuídas a função da produção, extensão, ensino e treinamentos, podendo prestar sua colaboração aos agrônomos e veterinários em suas diferentes atividades”. Está fundamentada na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, e regulamentada pelo Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, quando estabelece a estrutura organizacional do ensino agrícola da seguinte forma: era dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo constituía o curso de iniciação agrícola de dois anos de duração e o curso de mestria agrícola de duração de dois anos e o segundo ciclo, cursos agrícolas técnicos, com três anos de duração e cursos agrícolas pedagógicos, também com duração de três anos.

Após 15 anos de aplicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, passou a vigorar a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, determinando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que deu nova estrutura ao ensino agrícola. “O primário, médio e superior e normatizou o funcionamento dos cursos industrial, agrícola e comercial” (COELHO ; RECH, 2000, p.65).

¹⁷ Em 1875 o Instituto Bahiano foi transformado na Imperial Escola Agrícola da Bahia, situada no Engenho São Bento, funcionava com dois cursos: o elementar e o superior. O elementar para formar operários, regentes agrícolas e florestais; o superior, para formar agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários

O Ensino Agrícola visava preparar profissionais trabalhadores especializados e de técnicos de nível médio para atividades rurais, como agricultura, zootecnia, horticultura, indústrias agrícolas, práticas de veterinária, mecanização agrícola, e laticínios os quais seriam ministrados pelas escolas agrotécnicas, estas passariam a denominar-se Colégios Agrícolas, responsáveis por três séries do segundo ciclo, contando com estágio prático e diplomação em Técnico em Agricultura para seus alunos.

Em face ao avanço do Ensino Agrícola, surgiu a necessidade de criar a Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuária - COAGRI¹⁸ que tinha como objetivo gerenciar toda a rede de educação agrícola de nível médio no Brasil. De acordo com Coelho e Rech (2000, p.66), esta coordenadoria implantou o sistema escola-fazenda, inspirada no princípio “aprender a fazer fazendo” passando a cobrar das escolas agrícolas qualidade dos cursos, e uma visão sócio – política dos alunos para atuarem como profissionais numa nova concepção para o ambiente rural. É importante lembrar que o Ensino Agrícola nas últimas décadas, era ministrado pelas escolas agrotécnicas federais que constituíam instituições majoritárias, no que diz respeito à oferta da educação agrícola no país (BRASIL, 2000).

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Grau de 1971, o Ensino Agrícola foi extinto transformando em Habilitações do Ensino Médio em uma das artes práticas do ensino fundamental. No final dos anos 1970, surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, tendo como característica principal a integração e verticalização dos diversos níveis de ensino. A década de 1980 surge o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, por conseguinte as Unidades Descentralizadas de Ensino. Em 1991 a Lei nº 8.315 cria o Serviço Nacional de Aprendizagem –SENAR para atender não apenas as necessidades no campo tecnológico mas também no campo técnico-rural. A atual LDB, “a Lei nº 9.394/96 institui uma nova concepção de educação profissional, enfatiza a formação do cidadão que começa com os conhecimentos adquiridos no ensino continuado, do fundamental, da preparação para o trabalho e da cidadania” (COELHO; RECH 2000, p. 66).

¹⁸ A COAGRI foi extinta em 21 de novembro de 1986, pela emissão do Decreto nº 93.613 do mesmo ano.

Atualmente estas escolas se integraram aos Institutos Federais de Educação Ciência, e Tecnologia de acordo com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, conforme citada anteriormente, dando continuidade a educação agrícola, nas modalidades de técnico e tecnológico.

Reservamos a subseção seguinte para nos determos sobre o Ensino Agrícola na Paraíba, situando no contexto regional do Estado focalizando o Estágio Supervisionado na formação profissional do Técnico em Agropecuária, objeto de estudo de nossa pesquisa.

2.2.1 Trajetória no Ensino Agrícola na Paraíba

Considerando a agricultura e a pecuária a principal base de sustentação econômica no Estado da Paraíba, justifica - se a criação e consolidação do Ensino Agrícola neste Estado. A sua origem é concomitante ao processo de implantação do Ensino Agrícola no Brasil. Assim lembramos, que os “Patronatas Agrícolas iniciaram este ensino com medidas paliativas para resolver o problema da marginalidade infantil, conforme Silva (1994), estas instituições acolhiam não apenas as crianças órfãos, mas também àquelas oriundas de famílias pobres, assim como os meninos – de - rua, tinha como finalidade transformar estes jovens em agricultores do amanhã.

No Estado da Paraíba, destacamos o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, (CAVIN), na cidade de Bananeiras fundada na década de 1920, tornando-se pólo da educação agrícola de nível médio. A Escola ocupa uma área de 360 hectares, à cerca de 145 km de João Pessoa. Constitui-se uma unidade de ensino profissionalizante, vinculada a Universidade Federal da Paraíba. Oferecendo os cursos nas áreas de Agropecuária e Agroindústria, com o objetivo de garantir a formação de seus alunos para atuarem nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, seja através dos cursos formais ou mediante seminários, assistência a pequenos e médios empresários, na forma de estágios.

O Estágio Supervisionado do Colégio Agrícola Vidal de Negreiro, é considerado como uma oportunidade que o aluno dispõe de complementação e melhoria de sua formação profissional sendo obrigatório para a qualificação de Técnico Agrícola. O mesmo é regido por um regulamento que contém as normas do

Estágio Supervisionado. O aluno ao término do estágio deverá elaborar e defender um relatório de suas atividades profissionais.

Destacamos ainda duas Escolas Agrícolas de nível médio vinculadas à Universidade Estadual da Paraíba: Uma localizada no *campus* de Lagoa Seca e outra no *campus* do Cajueiro, distrito de Catolé do Rocha.

A Escola Agrícola Assis Chateaubriand (EACC) está localizada no sítio Imbaúba Zona Rural na cidade de Lagoa Seca – PB, este município situa – se na micro-região geográfica do Brejo Paraibano, onde a economia predomina a produção agrícola. Teve sua origem em Campina Grande-PB no ano de 1962, transferindo-se para o município de Alagoa Seca em 1967, com o objetivo de oferecer o ensino fundamental e capacitar técnicos agrícolas para atuarem em atividades de produção e gestão, animal, vegetal, paisagística e agroindustrial. Esta Escola proporciona o Estágio Supervisionado como uma atividade curricular e considera um ato educativo, tendo como objetivo proporcionar a integração do estudante com a realidade do mundo do trabalho.

A carga horária do Estágio Supervisionado é desenvolvida ao longo de 200 horas. Os alunos são assistidos pelos professores responsáveis nas áreas de projetos, programas de pesquisa e extensão complementando nas empresas/instituição. A Coordenação Pedagógica da Escola Agrícola Assis Chateaubriand - *Campus* II – EAAC, é responsável pela coordenação de Estágio, mantém contatos com as empresas públicas e privadas e outras instituições, através de parcerias visando à ampliação de espaços para realização do estágio.

Os alunos registram as ações desenvolvidas, ao longo do estágio apresentam relatório estruturado nos moldes de um relato técnico e/ou científico. A avaliação do Estágio é feita através da apresentação desses relatórios, sua postura e a capacidade técnica demonstrada durante o Estágio.

A Escola Agrotécnica Estadual *Campus* I do Cajueiro, também vinculada à Universidade Estadual conforme dissemos acima, existe há mais de 55 anos, está localizada na região do semi-árido, na mesorregião do Sertão Paraibano, a 427 km da capital do Estado da Paraíba, na cidade de Catolé do Rocha – PB, situada na comunidade Cajueiro. Oferece também o curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária, proporcionando estágio curricular supervisionado aos alunos

concluintes do referido curso, como atividade prática e complementar ao processo ensino-aprendizagem, com respaldo na Lei vigente de Estágio.

2.2.2 O Ensino Agrícola em Sousa

O município de Sousa-PB está localizado na Mesorregião do Sertão, região semi-árida do Estado da Paraíba, entrecortado pelos rios do Peixe, Piancó e Piranhas, possibilitando a irrigação em torno de 5.000 ha. A região polarizada por Sousa apresenta um grande potencial, com área de produção intensiva de frutas e hortaliças irrigadas, predominando a cultura do coco. Portanto, Sousa é um dos maiores produtores de coco anão verde (PPI/IFPB Sousa, 2009).

A economia da cidade de Sousa e região é baseada na agricultura irrigada e na pecuária, (ovinocaprinocultura, bovinocultura). O setor terciário destaca-se por impulsionar a economia com empresas de serviços, bem como o comércio de diversos gêneros, inclusive, o informal. O turismo rural constitui um potencial, os turistas visitam a cidade, com a maior procura pelo “Complexo turístico do Vale dos Dinossauros”¹⁹.

Neste contexto justificam-se as razões pelas quais o Ensino Agrícola foi e continua sendo oferecido neste município. Teve sua origem com a criação da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB, fundada em julho de 1955 com a denominação inicial de Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa, tinha como objetivo, formar professores para o magistério do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, em seguida passou a ser chamada de Escola de Economia Doméstica Rural de Sousa oferecia às alunas o curso “Técnico em Economia Doméstica”²⁰. Aplicava a metodologia do sistema escola-fazenda, de acordo com o sistema da COAGRI tendo por base o princípio: “Aprender a fazer e fazer para aprender”. Esta metodologia proporcionava concomitância entre “teoria e prática” onde o aluno vivenciava nas Unidades Educativas de Produção (UEPs) da própria

¹⁹ O Vale dos Dinossauros são sítios paleontológicos, onde estão expostas para estudos e visitas, as pegadas de animais pré-históricos datadas de milhões de anos atrás. As localidades conhecidas por Serrote dos Letreiros e Serrote do Pimenta, são lugares que levam a uma viagem de volta ao tempo. Aqui os Dinossauros viveram, sumiram mas seus rastros ficaram gravados no barro de lagoas e na areia de rios em períodos chuvosos.

²⁰ Extinto em 2003, por considerar obsoleto e sem demanda de mercado.

Escola, as atividades práticas relacionadas com as aulas ministradas pelo professor da área técnica.

Em 1978 recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Sousa, “EAFS-PB” subordinada ao Departamento de Ensino Médio -DEM, que na época administrava o Ensino Agrícola Federal. No ano de 1982 foi implantado nesta escola o curso Técnico de Agricultura, cinco anos depois substituído pelo curso Técnico de Agropecuária, através da Portaria de nº170, de 15 de março de 1985, para atender as demandas nas áreas agrícolas e zootécnicas da região.

No tocante ao Estágio Supervisionado da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB (de 1980 a 2008). Inicialmente era regido pela Lei 6.494, de 07 de dezembro de 1977 e regulamentado pelo Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 e posteriormente regido pela Lei nº 11.788/2008. Orientavam que os estudantes deviam estar regularmente matriculados e com efetiva frequência em cursos vinculados ao ensino público e particular. O estágio curricular considerado como uma atividade didática pedagógica e a instituição de ensino tomavam as decisões que lhes fossem necessárias ao estágio. A referida Lei menciona sobre o termo de compromisso, que é celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência da instituição, não caracterizando vínculo empregatício, e o estudante devia estar segurado contra acidentes pessoais.

Quanto à dinâmica do Estágio Curricular da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB estava respaldada nas bases legais vigentes, embora não fosse ainda instituído seu Regimento. Não contava com um assistente administrativo para auxiliar nas atividades, logo havia uma sobrecarga de trabalhos, comprometendo a qualidade e a eficácia desta coordenação, ficando algumas atividades sem colocarem em prática e outras eram conduzidas precariamente dentro das limitações de tempo e da força de trabalho.

De 1982 a 1999 os alunos concluintes do curso Técnico em Agropecuária, da EAFS-PB (hoje IFPB - Sousa), os alunos realizavam o Estágio Supervisionado com uma carga horária de 360 horas para complementação curricular, sendo 240 horas eram destinadas ao Estágio Supervisionado nas empresas, e 120 horas de

atividades de monitoria²¹, eram realizadas na própria escola, prestando assessoria aos professores, nas atividades de campo junto às turmas do seu respectivo curso.

No final de cada monitoria os alunos monitores apresentavam relato das suas atividades junto à Coordenação de Estágio; aos professores da área técnica e aos colegas escalados para darem continuidade aos projetos que estavam sendo executados.

Para tanto era uma modalidade na qual o estudante realizava seu estágio, sob a supervisão direta dos professores, que coordenavam grupos de alunos em suas aulas práticas. Com as mudanças do próprio curso, esta modalidade de estágio tornou-se “obsoleta”, a carga horária foi reduzida para cento e vinte horas, a serem trabalhadas na empresa e ou na própria instituição.

Esta modalidade de estágio apesar de ter ficado “obsoleta”, propiciava maior interação entre os componentes curriculares, havia a presença do professor na realização das atividades de campo, os estudantes faziam revezamento nos setores e diariamente eram avaliados, observando os seguintes aspectos: o relacionamento com os alunos com os quais trabalhavam; liderança; segurança; responsabilidade; assiduidade; comunicações orais e escritas, em caso de resultados insuficientes seriam retrabalhadas. Após o cumprimento da carga horária da monitoria, o estagiário era encaminhado às empresas.

O Coordenador da CIEC conduzia os trabalhos tendo como base a literatura sobre estágio, a legislação vigente, e contatos com outras unidades de ensino, na maioria das vezes contavam com orientações da Assessoria Jurídica desta instituição de ensino, para formatação dos instrumentos jurídicos e cumprimento da Legislação de Estágio.

Os encaminhamentos dos estágios eram feitos pela CIEC que interagiu com as empresas, consolidava os convênios e encaminhava os alunos em períodos pré-estabelecidos. Uma das dificuldades encontradas era o número de empresas serem insuficientes como campo de estágio, para atender às solicitações dos alunos. Estas dificuldades de oferta de Estágio também ocorriam na própria instituição, os professores não tinham muito interesse em aceitar estagiários para realizarem estágio, justificando que os mesmos já conheciam as unidades produtivas e as

²¹ A monitoria era atividades de campo realizadas pelos estagiários, visando assessorar os professores da área técnica, na execução e manutenção dos projetos. Eram em número de quatro períodos, escalados para cada grupo de alunos em setores diferentes.

atividades seriam apenas repetições, nada iria lhes acrescentar, assim diziam os professores das Unidades Educativas de Produção – UEPs da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB. Portanto, ficava facultativo aos interessados em realizarem o estágio, a fazer captação de vagas em outras empresas que lhes fossem convenientes, para em seguida a coordenação fazer os procedimentos legais.

Embora reconheçamos que esta posição não fosse a mais adequada, até porque o estágio sendo uma exigência curricular não haveria de transferir para o aluno esta responsabilidade pela captação de vaga e sim oferecer-lhe opções de campos de estágio.

Percebemos grande demanda de alunos para realizarem o estágio na própria escola, considerando a falta de opções de campo de estágio, outros alegavam comodidade por residirem na própria escola; outras alegações eram: estarem perto dos professores sendo mais fácil para tirarem as dúvidas, já conheciam os setores, era mais econômico para os alunos de outras cidades.

Reportamos ainda aos alunos que não demonstravam interesse em realizar o estágio na própria escola, pois consideravam o estágio “uma porta aberta para conseguir um emprego”, logo ficavam aguardando realizar o estágio nas empresas. Esta preocupação é pertinente, pois tem registrados inúmeros casos de estagiários que foram absorvidos pelas empresas.

Outros alunos que tiveram uma visão empreendedora aproveitaram a experiência do estágio e tornaram-se empresários, na dimensão de pequeno a médio porte. Outros prestam assistência técnica e consultoria às empresas, agência bancária, e aos agricultores. Registramos casos de estagiários que não valorizaram o estágio, faziam apenas para cumprir a carga horária exigida para complementação do curso, deixando transparecer junto às empresas a falta de compromisso e seriedade pelo que faziam, por conseguinte complicava a renovação do cadastro para os próximos estagiários.

Convém ressaltar que os encaminhamentos eram realizados de acordo com a legislação vigente, havia sessão de orientação a cada início de semestre nas turmas de 3ª série dos cursos técnicos em Agropecuária, com objetivo de orientar os alunos sobre o procedimento do estágio supervisionado, e outras orientações que lhes são pertinentes como os princípios básicos para realizar um bom estágio, pontualidade, apresentação pessoal, disciplina, relacionamento, e ética profissional. Havia na

Coordenação de Estágio um sistema de cadastro de alunos, contendo seus dados pessoais, sugestões de empresas, local e período de estágio a ser realizado. A CIEC oficializava a solicitação de Estágio Supervisionado apresentando como atividade curricular para complementação da carga horária do curso, citando a legislação vigente.

Nessa dinâmica, os alunos candidatos ao estágio, recebiam do coordenador os instrumentos jurídicos: Termo de Convênio e o Termo de Compromisso; anexando a ficha de frequência, formulário para registro das atividades desenvolvidas, ficha de avaliação de Estágio Supervisionado, modelo de declaração de estágio e o roteiro para elaboração do relatório.

Quanto à avaliação do estágio, se considerava como critério, o cumprimento da carga horária, devidamente documentada com a declaração da empresa; a ficha de Avaliação da empresa preenchida e assinada pelo Supervisor de estágio, assim como a apresentação do relatório de estágio, elaborado de acordo com a orientação da CIEC. A aprovação do estagiário estava atrelada a esses requisitos acima apresentados, e para finalizar o processo o coordenador emitia uma declaração ao Registro Escolar, comunicando que o aluno havia concluído o estágio, mencionava o período e local de realização, possibilitando assim a liberação do diploma.

Lembramos que neste período não contávamos com o professor orientador de estágio, portanto não havia a defesa desses relatórios, no curso técnico de Agropecuária deixando uma lacuna na integração entre os componentes do currículo. Sendo assim, o Estágio era desenvolvido à parte, se constituindo em atividade solitária. Ficava restrito à CIEC e esta repassava apenas os dados estatísticos aos gestores. Muitos professores que não eram da área técnica desconheciam o trabalho, não conseguiam acompanhar o que ocorria na realidade do estágio, e deixavam de apoiar seus alunos, pois desconheciam suas experiências e suas aprendizagens obtidas.

A desarticulação entre o estágio e as demais disciplinas do curso fazia com que este instrumento acabasse perdendo seu significado junto aos alunos, que passavam a encará-lo como uma carga horária a ser cumprida e não como uma possibilidade de aliar conhecimentos, saberes, teoria e prática.

Portanto, a CIEC realizava suas atividades colaborando com a Instituição no processo de formação profissional dos alunos, assim como atuando como mediador entre escola e empresa.

Atualmente a Escola Agrotécnica Federal de Sousa –PB, passou a integrar os Institutos Federais de Educação Ciência, e Tecnologia da Paraíba *Campus* - Sousa, respaldada na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Conforme Pacheco (BRASIL, 2008 p. 9), a referida Lei, estabelece uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, e permite aos docentes atuarem em diferentes níveis de ensino. Tem como finalidade, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho.

Atualmente o Ensino Agrícola é ministrado pelo IFPB Campus – Sousa, de acordo com seu Plano Pedagógico Institucional PPI (2008-) propõe formar profissionais-cidadãos com sólida base ética e humanista, conscientes de que devem promover uma agropecuária sustentável, através do ensino, da pesquisa e da extensão, mediante a aplicação e disseminação dos conhecimentos acadêmicos, dentro de uma perspectiva empresarial e da agricultura orgânica, atender às demandas da sociedade e do setor produtivo, contribuindo para o progresso sócio-econômico, local, regional e nacional (IFPB – SOUSA, 2008).

Para a execução de suas atividades, o IFPB – Sousa possui três ambientes distintos. O primeiro ambiente denominado Sede está situado na periferia sul da cidade onde são ministradas as aulas teóricas do curso Superior em Tecnologia, bem como de outras habilitações para o atendimento das demandas regionais.

O segundo ambiente é a unidade I a Fazenda da Instituição, distando 17 Km da sede do município no sentido oeste da BR-230. Neste ambiente funciona toda a estrutura dos cursos técnicos em Agropecuária e Agroindústria, há laboratórios para uso compartilhado com o curso tecnológico. E o terceiro ambiente unidade II é um lote de 10 ha cedido pelo Governo do Estado da Paraíba, localizado a 17Km da cidade de Sousa, no sentido leste na direção da Capital do Estado, próximo ao município de Aparecida. Esta área fica dentro do Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa onde é desenvolvida toda a parte prática do Curso Tecnológico em Agroecologia, assim como a pesquisa e extensão no sistema de Produção Orgânica Certificada.

Todas as ações do Instituto visam o desenvolvimento e a consolidação da oferta de Educação Profissional Tecnológica e Técnica de Nível Médio, ensejando ao aluno o preparo para o exercício de profissões técnicas e a continuação de seus estudos. Dá-se de forma integrada ao Ensino Médio e os cursos técnicos ofertados nas modalidades de concomitância externa, interna e subsequente.²²

De acordo com o setor de Recursos Humanos do IFPB, o Instituto conta com cinquenta e quatro docentes, qualificados da seguinte forma: oito professores possuem a titulação Doutorado, vinte cinco Mestrado, dezesseis Especialização e cinco Graduação. Dos cinquenta e quatro professores, trinta e seis são do sexo masculino e dezoito do sexo feminino. Quanto aos Técnicos Administrativos são noventa servidores, apresentando o seguinte perfil, dez estudaram o Ensino Fundamental, vinte e oito o Ensino Médio, vinte e três têm Graduação, vinte e quatro possuem Especialização e cinco têm Mestrado. Quanto ao gênero, predomina o masculino com sessenta e cinco servidores e apenas vinte e cinco do sexo feminino.

Conforme os dados do Setor de Registro Acadêmico o IFPB (2009) tem matriculado 605 alunos oriundos de 50 municípios de 06 Estados da região Nordeste. A maioria dos alunos procedem da Rede Pública de Ensino e do meio rural; quanto ao gênero, predomina o sexo masculino. A renda familiar dos alunos é em sua maioria de um (1) salário mínimo na sua maioria, e a minoria acima de três (3) salários. Quanto aos concluintes do curso Técnico em Agropecuária, normalmente se formam a cada ano letivo cerca de setenta (70) alunos.

²² Concomitância interna quando aluno está cursando o Ensino Médio e o Técnico de forma paralela na mesma Escola; concomitância externa quando os estudos do ensino médio são realizados em outra escola da comunidade, paralelo ao curso Técnico; e o subsequente quando o aluno já tem concluído o 2º grau, faz sua matrícula apenas no curso Técnico.

III ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Reservamos este capítulo ao Estágio Supervisionado, investigando através de uma pesquisa de campo, como ocorre na prática este ato educativo, de que forma contribui para a formação do Técnico em Agropecuária, esse é nosso objeto de estudo. Abordamos as concepções de Estágio Supervisionado, as noções teóricas e práticas defendidas por autores da área. Neste percurso mostramos a sua importância na formação profissional dos alunos (estagiários) mediante as reflexões que o mesmo oportuniza com a aproximação da realidade.

3.1 Estágio Supervisionado no Curso Técnico em Agropecuária: concepções e base legal

Vários são os autores que se debruçam sobre o Estágio Supervisionado. Penteado (1995, p.123) afirma que “o Estágio é uma instância de aprendizagem que se dá na construção de relações entre teoria e prática em nível real”.

Na visão de Silva (2002, p.11), “[...] o estágio é um instrumento que adéqua o ensino recebido ao seu fim teórico-prático.” É o momento de colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Bianchi et al. (2005, p.1-6) defendem “o Estágio Supervisionado, como oportunidade do aluno conhecer suas aptidões, de perceber se a escolha da profissão corresponde com sua verdadeira profissão”. Considera ainda como oportunidade do aluno revelar sua criatividade e independência, adquirir e aprofundar conhecimento prático nas atividades que lhes são concernentes. O Estágio Supervisionado quando bem planejado e executado, o estudante pode projetar e vivenciar experiências novas, apresentando desempenho satisfatório na instituição que o acolheu.

Buriolla (2009, pp. 11-13), parte do pressuposto de que “o Estágio Supervisionado é o lócus apropriado para o aluno treinar seu papel como futuro profissional”. Para tanto o Estágio deve proceder numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica e criativa proporcionando ao estudante refletir sua ação profissional. Ainda para o referido autor o Estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto,

considerando sua formação o estagiário vai de encontro com um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional. Acrescenta ainda que a identidade profissional do aluno é formada no estágio, sendo assim deve ser planejada de forma gradativa e sistemática.

Cunha e Holanda (2007, p. 51) consideram o “Estágio supervisionado uma oportunidade do aluno se deparar com a realidade concreta de sua profissão a partir da vivência da prática profissional”. Proporciona ao estagiário o espaço para aprender a ser e aprender a aprender, contribui para a formação integral do educando.

Pimenta (1992, p.21), considera o “Estágio Curricular Supervisionado como a parte mais prática, onde os alunos realizam atividades durante o curso de formação”, vale salientar que as demais disciplinas são mais teóricas embora ambas façam parte do currículo do curso sendo obrigatórias para a conclusão e certificação.

Continuando nas reflexões de Pimenta (2009, p. 33-37), a autora menciona o termo “teoria” como “saberes disciplinares” em curso de formação, estes geralmente estão desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros formandos, gerando posições dicotômicas em que teoria e prática são tratadas de forma isoladas, constituindo assim grandes equívocos, na formação profissional.

É bem verdade que o Estágio Supervisionado congrega este conjunto de posicionamentos que são colocados de forma consistente, trazendo o mesmo sentido, a prática como o exercício da atividade profissional. Consideramos uma valiosa contribuição enquanto oportunidade de vivenciar experiências no ambiente de trabalho.

Na Educação Profissional, a idéia de Estágio surgiu na Lei Orgânica do Ensino Industrial – LOEI, (1942), que regia os cursos profissionalizantes. O Decreto.-Lei 4.073 de 1942, trouxe uma prescrição sobre estágio, em seu art. 48, conforme citado anteriormente, o estágio consiste em um período de trabalho realizado por aluno, sob o controle da autoridade docente e articulado pela direção dos estabelecimentos de ensino e indústrias para assegurar a realização do estágio.

Em 1967 o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, através da Portaria de nº 1.002 em 29/09/67, instituiu a categoria de Estagiário nas empresas com objetivo de legalizar e disciplinar a relação entre as empresas e estagiários, no que concerne aos direitos e obrigações dos alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas

de nível colegial. Estabeleceu um contrato padrão ao aluno e a empresa, contendo obrigatoriamente a duração do estágio, a bolsa de ensino com o valor ofertado pela empresa, o seguro contra acidentes pessoais oferecido pela entidade concedente e a carga horária deste estágio.

De acordo com a evolução histórica da legislação aplicada ao estágio, a inserção do estagiário no ordenamento jurídico se deu com a Lei nº 6.494, de 7/12/77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497 de 18/08/82, que estabeleceu regras para a realização do estágio. Com a Lei nº 8.859, de 23/03/94 o Estágio estendeu aos alunos de ensino especial.

Em 2002, o Conselho de Secretários da Educação atendendo ao Ministério Público do Trabalho, que expedia Notificação Recomendatória de nº 771/02 solicitando providências orientadoras do estágio no ensino médio, principalmente no que trata da carga horária do aluno este não deve ultrapassar quatro horas diárias, afim de não prejudicar o estudante na escola ou no seu tempo de estudo e lazer, como estar previsto no art. 82, da LDB nº 9.394/96:

Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (BRASIL, 2005, p.34)

Nesse entendimento cabe a instituição regularizar e organizar o funcionamento do estágio constando em sua programação didático-pedagógica; fixar a carga horária mínima de estágio; estabelecer os instrumentos jurídicos: celebrando convênios com as empresas e termos de compromisso, assim como reconhecendo a existência dos agentes de integração como mediadores do estágio.

À luz da legislação vigente do estágio,²³ ficou consignado que é de responsabilidade da Instituição de Ensino, especificamente da Coordenadoria de Relações Empresariais, realizarem ações de encaminhamento e acompanhamento do estagiário às empresas, obviamente dentro de sua legalidade a fim de evitar abusos no que tange a exploração dessa atividade e ou desvio da função educativa.

²³ Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9.394/96; O Decreto nº 87.497 de 1982 que regulamentou a Lei nº 6.494 de 1977 e atualmente a que rege o estágio é a Lei 11.788/2008.

A Resolução CNE Nº 01/04²⁴ estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e a realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos, assim define o Art.1º desta Resolução, e no Art.2º. Orienta que o Estágio deve integrar a proposta pedagógica da escola e os instrumentos de planejamento curricular do curso, portanto o Estágio Supervisionado deve ser considerado como ato educativo exigindo da instituição de ensino a orientação e supervisão necessária para o seu cumprimento e aproveitamento como atividade curricular (BRASIL, 2005, p.37).

Ainda buscando a concepção sobre o Estágio Supervisionado, recorremos ao Dicionário Brasileiro de Educação (2000, p. 147) que considera o Estágio como “Treinamento técnico-profissional realizado em empresa pública ou privada, sem vínculo empregatício, previsto no currículo” e o Estágio Supervisionado como “atividade curricular pré-profissional, precedida de fundamentação teórica. Realiza-se no âmbito de uma instituição de ensino, ou mediante convênio, em empresa privada ou pública”

Este dicionário aponta o estágio como período de estudos práticos, imposto a candidatos a certas profissões ou período de formação ou de aperfeiçoamento dentro do serviço de uma empresa. Salienta ainda que o Estágio complementa o ensino com a prática, enriquece a formação profissional e permite a seleção a empregos.

De acordo com o Decreto nº 87.497/82²⁵ em seu art. 2º define o Estágio Curricular Supervisionado, “como atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, realizada na comunidade sob a responsabilidade da instituição de ensino”.

Atualmente o Estágio Curricular Supervisionado está fundamentado na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008²⁶ em seu Art. 1º define:

É ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de

²⁴ Resolução nº 01/04/2004 publicada no Diário Oficial da União

²⁵ Este Decreto nº 87.497/82 regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de 2º Grau e Superior, ressaltamos não estar mais em vigência.

²⁶ Revogou a Lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 que regulamentava o estágio.

educando que esteja freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos

Esta lei reconhece o Estágio Supervisionado como ato educativo, e exige da Instituição de Ensino orientação e supervisão por profissional, a fim de garantir o vínculo pedagógico e formativo do educando, sendo assim esses limites coíbem e previnem abusos decorrentes da exploração dessa atividade e ou desvio da função educativa.

Analisando a nova lei de Estágio observamos que uma das mudanças é o plano de trabalho, a concessão de férias de 30 dias por parte da concedente, quando o estágio tiver a duração de um ano, a legislação vigente garante ainda, saúde, segurança do trabalho e de seguro de acidentes pessoais. Fixa uma jornada máxima de seis (06) horas de trabalho, estabelece limites para o número de estagiários nos estabelecimentos públicos e privados obedecendo a uma escala proporcional ao número de empregados, e concede ao estagiário uma bolsa de trabalho.

Ribeiro (1991, p.137) ao se referir a função do Supervisor de Estágio, afirma ser um “facilitador da identificação das contradições existentes, com vistas à sua superação. É um mediador entre as instituições, conscientizando os agentes de sua responsabilidade na formação do estagiário”. Tornando assim, relevante o papel do supervisor de estágio para integrar os atores envolvidos neste processo.

Para Yoshioka (2005, p.237) a designação de “um supervisor de estágio é essencial para que se cumpra a finalidade proposta”, deve orientar o estagiário nas tarefas de acordo com o Plano de Estágio, comunicar fatos ocorridos durante a realização do Estágio, encaminhar instrumentos de avaliações, e despertar no aluno a percepção de detalhes entre o saber teórico e o saber prático. O supervisor de estágio representa um elo entre a instituição de ensino e a unidade concedente, com o fim de contribuir para o processo de realimentação do Projeto Pedagógico.

Portanto, o estágio é uma atividade considerada valiosa para subsidiar a escola no cumprimento de sua missão, que é formar o indivíduo para a cidadania e para o trabalho. Deve ser bem estruturado e executado a fim de possibilitar ao aluno colocar-se em situações reais de trabalho e de relacionamento humano, onde os conhecimentos adquiridos possam intervir e alterar a realidade.

3.2 Desenvolvimento do Estágio Supervisionado no IFPB – Sousa

O Estágio Curricular Supervisionado no contexto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus – Sousa é desenvolvido de acordo com a Lei nº 11.788/2008 e o Regulamento da Instituição no art. 39, como uma atividade curricular dos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio e Tecnológicos, com o objetivo de complementar o processo ensino-aprendizagem, em termos de experiências práticas. Pode ser realizado na própria Instituição de ensino ou em empresas de caráter pública ou privadas mediante instrumento jurídico, mediado pela Coordenação de Estágio.

Compete a Coordenadoria de Integração Escola Comunidade – CIEC setor responsável pelos Estágios dos alunos, desenvolver e divulgar as oportunidades de Estágio Curricular Supervisionado, manter atualizados os cadastros das Empresas e dos alunos, encaminhar os alunos as entidades concedentes para realizarem o Estágio fornecendo-lhes a documentação necessária à sua efetivação, assegurar a legalidade do processo de Estágio e promover reuniões com os estagiários para informá-los e orientá-los quanto ao processo de Estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado do IFPB –Sousa se dá sob a supervisão e orientação por parte do estabelecimento de ensino, a fim de zelar pelo aproveitamento dessa atividade, no intuito de articular com as empresas concedentes de estágio, viabilizar sua integração com os demais componentes curriculares, bem como assegurar a legalidade de suas atividades, evitando abusos no que tange a exploração dessa atividade e ou desvio da função educativa. É bem verdade que existem nas empresas supervisores que não têm um nível de conhecimento compatível com o do estagiário, desconhecem as atividades do Técnico em Agropecuária, tratando – o no mesmo patamar laboral dos peões com atividades braçais, subjugando os conhecimentos teóricos dos estagiários. Portanto para salvaguardar o caráter pedagógico do estágio, o IFPB- Sousa realiza através dos professores da área técnica um acompanhamento dos estagiários.

Observando a Lei nº 11.788/ 2008 em seu Art. 9º inciso III faz referência a legalização do supervisor de estágio, quando da parte concedente compete; “indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e

supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.” Sendo assim, assegura o bom desempenho dos alunos, minimizando os problemas causados pela inoperância do supervisor.

Quanto à atuação do professor orientador de estágio, é indicado pela instituição de ensino, pertence à área a ser desenvolvido o estágio. Conforme o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do IFPB – Sousa, este professor analisa e aprova o Plano de Estágio Curricular Supervisionado, apresentado pelo aluno, acompanha o estagiário na unidade concedente, durante o período de realização de estágio, assegura a compatibilidade das atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado com o currículo do curso, fixa e divulga datas e horários para avaliação dos relatórios e das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

Atualmente a CIEC, disponibiliza em sua equipe, técnico administrativo, professores orientadores para todos os cursos a fim de subsidiarem na execução dos trabalhos desta coordenadoria, assim como dispõe do Regulamento de Estágio que direciona as ações. Diante desta realidade há uma perspectiva da Coordenação de Estágio realizar um trabalho que atenda a todos os requisitos, para um bom desempenho das atividades.

No tocante às dificuldades que a CIEC tem enfrentado para realizar os encaminhamentos dos estagiários são: A oferta do campo de estágio ainda é insuficiente para atender a demanda dos alunos, assim como é no período do recesso escolar que o Estágio na maioria das vezes é solicitado junto às empresas, o que não coincide com sua disponibilidade para recebê-los, outro obstáculo que temos observado, é a carga horária do Estágio, segundo os empresários é considerada pequena, justificando a rotatividade de estagiários o que dificulta o andamento da empresa.

3.3 A Formação do Técnico em Agropecuária

A Formação do Técnico em Agropecuária se dá através do curso Técnico Integrado de Nível Médio em Agropecuária, que está voltado para formação de profissionais que atuam nas atividades agrícolas e zootécnicas. O referido curso habilita o Técnico em Agropecuária para atuar em qualquer etapa da cadeia

produtiva agropecuária, seja no fortalecimento de recursos, prestação de serviços ou na produção agrícola zootécnica. Através desse, busca-se a formação profissional eclética com perfil e consonâncias técnicas para desenvolver atividades como autônomos e/ou como colaboradores de Instituições Públicas e Privadas. Este curso representa para o aluno uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho qualificado. Tem uma duração de seis semestres com a carga horária de 4.160 h, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos²⁷.

O curso Técnico em Agropecuária habilita o aluno para agir como elo entre o órgão de ensino e o setor produtivo rural, unindo aprendizado ao conhecimento prático, realiza atividades de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais; elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial; fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial; realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais; atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. As possibilidades de atuação do Técnico em Agropecuária são as propriedades rurais, empresas comerciais, estabelecimentos agroindustriais, as empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, parques e reservas naturais.

Sendo assim a formação do Técnico em Agropecuária, além de atender as demandas de mercado, promove o seu desenvolvimento como cidadão crítico. Dentro desta nova concepção o modelo Escola-Fazenda que anteriormente tinha como princípio “aprender para fazer e fazer para aprender” foi substituído por uma formação por meio do “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser”.

Ressaltamos que antes da mudança curricular, o eixo integrador da formação era dado por disciplinas técnicas da área, e o egresso tinha um perfil de uma ampla preparação na área técnica agrícola, com domínio de todo o processo da produção rural, atualmente com a mudança curricular do curso Técnico Agrícola o ensino deixou de ser centrado na prática por meio das Unidades Educativas de Produção (UEPs), foram implementados os módulos e o ensino por projetos, estes voltados para algumas atividades mais específicas, conforme a proposta pedagógica da

²⁷ <http://portal.mec.gov.br> , Acesso em 28/02/2010

instituição, com objetivo de formar profissionais para se dedicarem simultaneamente ao campo da agricultura e da pecuária.

A formação profissional do Técnico em Agropecuária é direcionada ao setor agrícola, tendo em vista a formação de agentes de produção e agentes de serviços nas empresas rurais, cooperativas, agroindústrias, instituições públicas e privadas relacionadas aos setores de assistência técnica, pesquisa, meio ambiente e vendas de insumo agrícolas (TEIXEIRA, 2005, p.73).

A profissão do Técnico em Agropecuária foi regulamentada pela Lei nº 5.524 de 05 de novembro de 1968 e pelo Decreto Federal nº 90.922 de 06 de fevereiro de 1985 e atualmente é regido pelo Decreto Federal nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002²⁸ que cria e fixa as atribuições do Técnico em Agropecuária em suas diversas habilitações.

Como se pode depreender, o Técnico em Agropecuária deve ter uma formação sólida pautada em atividades teóricas práticas, para tanto faz necessário a realização do Estágio Supervisionado a fim de complementar suas atividades pedagógicas consolidando o curso e se habilitando para o exercício profissional.

²⁸ Altera o Decreto nº [90.922](#), de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº [5.524](#), de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. (www.jusbrasil.com.br acesso 27 de setembro de 2010)

IV PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação Ciência, e Tecnologia da Paraíba *Campus* Sousa unidade de São Gonçalo, tendo como objeto de estudo, o Estágio Supervisionado Curricular na formação do Técnico em Agropecuária desta Instituição de Ensino. Para efetivação deste trabalho adotamos a pesquisa qualitativa.

Minayo (2009, p.21-22) afirma que a pesquisa “qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

No primeiro capítulo situamos a temática deste estudo, em seguida apresentamos um recorte histórico da Educação Profissional, contextualizando o Ensino Agrícola no Brasil, Paraíba e Sousa. No terceiro capítulo abordamos o Estágio Supervisionado na Formação do Técnico em Agropecuária, nesta quarta seção apontamos o procedimento metodológico trabalhado nesta pesquisa, na quinta seção descrevemos a dinâmica de Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária com base nos resultados desta pesquisa e finalizamos com as considerações finais.

Aplicamos o questionário estruturado com perguntas abertas para cada segmento, a fim de obtermos informações sobre como os sujeitos dessa pesquisa vêem o Estágio Supervisionado. Delimitamos seis (06) Empresas concedentes de estágio, três (03) pertencem à área agrícola e três (03) à área zootécnica. Das seis (06) empresas selecionadas, três são empresas privadas, de médio porte e duas pertencem aos órgãos públicos, duas no Estado da Paraíba lotada nesse município e a outra na Secretaria da Agricultura do Município de Sousa.

Quanto aos professores, optamos por uma amostragem de oito (08) profissionais da área técnica, que ministraram as disciplinas de formação específica do curso Técnico em Agropecuária, no IFPB de Sousa, todos com experiência no processo de formação profissional dos alunos. Desses professores dois possuem a qualificação Doutorado, cinco Mestrado e um com Licenciatura em Ciências Agrícolas. Quanto ao gênero, duas são do sexo feminino e seis do sexo masculino, percebemos então que a maioria é do sexo masculino.

No tocante aos alunos o critério de seleção deu-se da seguinte forma: Foram aplicados 20 questionários aos alunos Egressos do curso Técnico em Agropecuária, concluintes de 2007 e 2008, os quais concluíram o Estágio quando a instituição ainda era Escola Agrotécnica Federal de Sousa, estes foram selecionados por vivenciarem experiência de Estágio numa realidade que antecedeu o IFPB de Sousa. Dos questionários aplicados só conseguimos receber apenas dez (10) questionários, por razões adversas, os alunos deixaram de devolvê-los. Insistimos em obter mais dados através de endereço eletrônico, enviando e-mail, mas não foi logrado êxito. Portanto, este segmento ficou assim representado. Dos dez egressos respondentes, sete realizaram seu Estágio Curricular em Órgãos Públicos das três esferas: Federal; Estadual e Municipal e três nas Empresas Privadas.

Todos eram do sexo masculino, a maioria procedente da zona rural, pertencendo a uma faixa etária de 19 a 22 anos, com a renda mensal de um a dois salários mínimos. Dos dez (10) egressos inquiridos por esta pesquisa, oito (08) estão no mercado produtivo, trabalhando na área de formação quatro (04) em empresas públicas, quatro (04) em empresas privadas, e dois (02) estão desempregados. Quanto à continuidade dos estudos, quatro (04) ingressaram na Universidade Federal da Paraíba, nos cursos de Agronomia e Zootecnia, um (01) no curso de Licenciatura em História, e um (01) ingressou no curso Tecnológico de Agroecologia. no IFPB de Sousa e quatro (04) não continuaram seus estudos.

Desses dez (10) egressos, sujeitos dessa pesquisa, quatro (04) realizaram em (2007-2008) o Estágio na própria Escola Agrotécnica de Sousa, nos setores de Zootécnica e o outro na Unidade de Pesquisa e Extensão da referida Escola. Quatro (04) alunos realizaram seu estágio no órgão público estadual (EMATER na Paraíba – um (01) na cidade de Pombal, um (02) na agência de Sousa e outro na EMATERCE, Brejo Santos - Ceará) tiveram suas atividades centradas no Programa Agente Rural com a finalidade de dar Assistência Técnica ao agricultor rural e dois (02) alunos fizeram seu Estágio Supervisionado na Empresa SP Agronegócio LTDA, empresa de consultoria que consiste desenvolver um programa da Fazenda Eficiente, apoiado pelo SEBRAE agência de Sousa. Desses dois estagiários selecionados um foi admitido por esta empresa para prestar serviços de capacitação aos agropecuaristas das regiões polarizadas por Sousa-PB.

Participaram ainda desta pesquisa dez (10) alunos concluintes (ano de 2009) do curso Técnico em Agropecuária do IFPB de Sousa, vale salientar que no momento da pesquisa, ainda estavam realizando Estágio Supervisionado. Estes apresentavam um perfil semelhante aos demais alunos, quanto ao gênero a predominância foi do sexo masculino, apenas duas (02) mulheres responderam o questionário, pertencem a uma faixa etária de 17 a 23 anos, oriundos da zona urbana e a maioria procedem da zona rural, os alunos apresentam baixo poder aquisitivo, predominando uma renda de um a dois salários.

Portanto, foram aplicados em sua totalidade trinta e quatro (34) questionários, com perguntas abertas, dando-lhes margem a mais de uma resposta e estão representadas em forma de quadros ilustrativos, para facilitar agrupamentos, classificações, pré-análise. Conforme Franco (2007, p.70), orienta ser “fundamental para construção de categorias e, conseqüentemente a efetiva possibilidade de inferir, analisar e interpretar dados ao serem submetidos a Análise de Conteúdo”.

Com o objetivo de viabilizar a análise dos questionários desta pesquisa, que teve como objeto de estudo o Estágio Supervisionado na Formação do Técnico em Agropecuária no IFPB de Sousa, utilizamos a técnica Análise de Conteúdo, para a organização, definições de categorias e análise dos dados reservamos a Franco (2008), Minayo (2009) e Bardin (1977).

Minayo (2009, p.82) afirma que a “Análise de Conteúdo surgiu no século XX, baseada na corrente psicológica do behaviorismo, inspirada no princípio do positivismo”, o qual recomendava o máximo de rigor e cientificidade a descrição do comportamento, passou ao longo do século por várias formas de efetivação sendo sistematizada por Bardin (1977) quando a autora define a Análise de Conteúdo como:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.42).

Significa dizer que através da análise de conteúdo podemos descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que estão sendo comunicados. De acordo com Minayo (2009, p.87) “a categorização, inferência, descrição e interpretação são procedimentos metodológicos da análise

de conteúdo utilizado a partir da perspectiva qualitativa”. Para Franco (2008, p.29), “a finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências sobre o processo de comunicação, define inferência como sendo um procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação”. Minayo (2009) tem a mesma concepção e salienta que é necessário realizar os questionamentos clássicos para se fazer inferência.

Partindo deste embasamento teórico sobre Análise de Conteúdo, apresentamos uma trajetória no desenho desta pesquisa. Inicialmente fizemos uma leitura do conjunto de respostas dos questionários aplicados aos sujeitos desta pesquisa, com o objetivo de conhecer as percepções dos professores, alunos e empresários sobre o Estágio Supervisionado e suas implicações na formação profissional dos Técnicos em Agropecuária do IFPB do Campus de Sousa, para em seguida realizarmos a Análise de Conteúdo.

Quanto aos questionários, foram elaborados de forma diversificada, a fim de atender as peculiaridades de cada segmento, variando em número de cinco (05) a 07 de questões abertas para obter dados.

É mister frisar que a minha experiência profissional como coordenadora de estágio teve grande relevância para a compreensão das análises dos dados, assim como serviu de referência para esta pesquisa.

V DINÂMICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO TÉCNICO DE AGROPECUÁRIA NO IFPB -SOUSA

Neste capítulo nos detemos sobre a análise do Estágio Supervisionado no IFPB – Sousa, na formação do Técnico em Agropecuária, alvo desta pesquisa.

5.1 Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária no IFPB – Sousa

O Estágio Supervisionado dos Estudantes do curso Técnico em Agropecuária, do IFPB – Sousa está fundamentado nos parâmetros legais, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como no Regulamento de Estágio, estabelecidos pelo IFPB - Sousa para a organização de estágios de alunos da Educação Profissional nas modalidades Integrado, Subseqüente, Superior e Educação de Jovens e Adultos.

O Estágio faz parte do Projeto Pedagógico do curso, que além de integrar o itinerário formativo do educando, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (PPI do IFPB de Sousa, 2009).

As exigências para a realização do Estágio, conforme citado anteriormente são: O Termo de Convênio, celebrado entre a Empresa Concedente e o IFPB, no qual acordam as condições de realização do estágio e o Termo de Compromisso, celebrado entre o estagiário e a empresa concedente, com a interveniência da Instituição de Ensino, regulamentando as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário.

Quanto ao campo de Estágio para a sua realização, situamos as empresas públicas, privadas ou do terceiro setor devidamente conveniadas com o IFPB, e que apresentem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do estudante, ou desenvolvimento sócio cultural ou científico, pela participação em situações de vida e de trabalho no seu meio.

No tocante a jornada diária do Estágio, esta é compatível com o horário escolar do estudante para não prejudicar suas atividades escolares. Apresenta uma

carga horária de 160 h e a Instituição assume a contratação de seguro de acidente pessoal.

A dinâmica do Estágio Supervisionado consiste em: Orientar o educando sobre o Estágio Supervisionado através da Coordenação do Estágio; celebrar convênios com as Empresas Concedentes; divulgar as oportunidades de Estágio; Realizar o encaminhamento dos alunos as Unidades Concedentes de acordo com as solicitações dos estagiários; acompanhar o desempenho dos estudantes, numa ação conjunta com os Supervisores, professores da área Técnica e a Coordenação de Estágio.

Após a realização do Estágio, o aluno elabora seu Relatório sobre as atividades desempenhadas nas Unidades concedentes, mediante orientações dos professores da área Técnica juntamente com os professores de Língua portuguesa.

A apresentação e defesa do relatório à banca examinadora é opcional sendo, entretanto, obrigatório apresentar o relatório juntamente com as fichas de avaliação preenchidas pela Unidade Concedente do Estágio, ao Professor Orientador para ser analisado e liberado à Coordenação de Estágio e posteriormente encaminhado à Coordenação do Registro Escolar para a expedição do diploma.

5.1.1 A Coordenação e Orientação de Estágio Supervisionado

A Coordenação de Estágio é responsável pelo encaminhamento do aluno ao campo de estágio, viabilizando ações necessárias ao desempenho e ao trabalho conjunto com as Unidades Acadêmicas, os Coordenadores de Curso e todos que fazem parte desse Ato Educativo.

As atividades realizadas por esta Coordenação estão previstas no Plano de Trabalho com base no Regulamento do Estágio. Visando à busca de campo de Estágio, divulga os cursos ofertados pelo IFPB - Sousa juntos às Empresas Públicas e Privados, com sede na cidade, de Sousa, cidades circunvizinhas e empresas situadas em outros Estados.

O cadastramento das Empresas Concedentes, e o cadastro dos estudantes são feitos por esta coordenação, através de celebração do instrumento jurídico entre a Unidade Concedente de Estágio e o estagiário. A Coordenação de Estágio

também atua com os Agentes de Integração (IEL)²⁹ formalizando instrumento jurídico com as Unidades Concedentes de Estágio, fornece ao estagiário a documentação necessária à efetivação do Estágio, elabora e acompanha o cronograma de visitas dos professores orientadores de estágios, conforme citamos anteriormente.

A fim de atender ao Regulamento de Estágio (2009) do IFPB – Sousa, foi instituído no cenário da coordenação de estágio, o Professor Orientador visando acompanhar o estagiário, no IFPB –Sousa e na Unidade Concedente de Estágio, através de visitas periódicas durante o período de realização do mesmo, bem como orientar e acompanhar a elaboração do Relatório.

5.2 O Estágio Supervisionado no curso Técnico em Agropecuária e os múltiplos olhares de seus atores

Para compor este sub-tópico analisamos o Estágio Supervisionado na formação profissional do Técnico em Agropecuária no IFPB de Sousa, a partir dos olhares dos seus atores que implicam em apreender a percepção dos professores, alunos e empresários do setor agrícola.

Nesta primeira subseção analisamos a percepção dos professores, em relação ao Estágio Supervisionado na formação profissional do Técnico em Agropecuária no IFPB *Campus* de Sousa, objeto de nosso estudo.

5.2.1 O Estágio visto pelos Professores

Conhecer a percepção dos professores sobre o Estágio Supervisionado, obter elementos que possam contribuir para a melhoria desse processo, foi a nossa intenção. De acordo com Franco (2007), as respostas obtidas constituem indicadores para a criação de categorias, estas estão explícitas nas tabelas seguintes.

²⁹ Instituto Euvaldo Lodi é a entidade responsável pelo desenvolvimento de serviços que favoreçam o aperfeiçoamento da gestão e a capacitação empresarial (www.iel.org.br acesso em 01 de outubro de 2010).

Tabela 1: Distribuição das respostas dos professores sobre a concepção do Estágio Supervisionado do curso Técnico em Agropecuária

CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO	PROFESSORES	Nº
Relacionada à situação de ensino/aprendizagem		
• Ajuda na Formação Profissional.		04
• Amplia os conhecimentos técnicos adquiridos durante o curso.		03
• É o momento de validação do aprendizado teórico e prático.		04
• Prepara para exercer atividades de coordenação, elaboração de projetos, conhece políticas públicas na sua área.		
• É um momento para o educando pesquisar, analisar, avaliar de maneira geral todas as atividades em que está inserido o seu curso.		02 01
• Integra as diversas disciplinas acadêmicas		01
Relacionada à situação de oportunidade		
• É durante o estágio que o estudante adquire mais segurança.		03
• É o primeiro contato que o aluno tem com seu futuro campo de atuação.		02
Relacionada à situação de treinamento		
• É um treinamento específico acompanhado por um profissional conhecedor de determinada especificidade que passa conhecimentos técnicos aos estagiários.		02
• Fica muito restrito ao treinamento profissional.		01

Inicialmente perguntamos aos professores das disciplinas de Formação Específica do curso Técnico em Agropecuária como estes vêem o Estágio Supervisionado dos alunos do IFPB – Sousa. Os resultados foram distribuídos em três categorias. As de ordem pedagógica, relacionadas ao ensino/aprendizagem; as relacionadas aos momentos de oportunidades e as relacionadas às situações de treinamento.

a) Relacionadas ao aprendizado

Analisando a Tabela 1 identificamos que a maioria das respostas sobre o Estágio Supervisionado dos alunos do curso Técnico em Agropecuária, é relacionada à situação de ensino-aprendizagem dos alunos de forma positiva. Libâneo (1994, p.29) nos diz que o processo de ensino “é um conjunto de atividades realizadas conjuntamente com professor e aluno, administradas pelo professor, com

o objetivo de proporcionar condições para os alunos assimilarem não apenas conhecimentos, mas mudanças de comportamento”.

Nesta perspectiva a aprendizagem não se dá de forma isolada, é necessário que haja um processo para que ela aconteça, sendo um resultado de um trabalho conjunto dos professores e alunos na aquisição de conhecimentos, atitudes, e habilidades. Concordamos com a posição do autor ao afirmar que a aprendizagem é uma relação cognitiva entre o sujeito e os objetos de conhecimento, resultando em mudanças de comportamento, proporcionada pelo professor.

Na percepção de Duarte (1986, p.14) “a aprendizagem ocorre quando se compara o comportamento do indivíduo antes de ser colocado em uma situação de aprendizagem e o seu comportamento após”. Ainda fazendo referência a Duarte (1986- p.15) a aprendizagem é regida por várias leis e princípios, dentre os quais:

- [...] a) a lei da atividade: só se aprende a fazer fazendo, é a atividade, a experiência que permitem o aprendizado;
- b) a lei do interesse ou necessidade: só se aprende aquilo para o qual há interesse ou necessidade;
- c) a lei do prazer ou do efeito: aprende-se mais rápido aquilo que nos agrada;
- d) a lei do ritmo: a capacidade de aprendizagem tem seu próprio ritmo;
- e) a lei da totalidade: o ensino deve partir de formas globais;
- f) a lei da prontidão ou disposição: a aprendizagem é mais fácil e rápida quando o aluno está motivado e em condições favoráveis para o domínio do assunto a ser tratado;
- g) a lei da realidade: só se aprende em situação real. [...]

Analisando estas premissas citadas por Duarte (1986), consideramos as leis mais relevantes a da atividade e da realidade, uma vez que o Estágio possibilita um aprendizado baseado em experiência do fazer concreto, unindo teoria à prática, experimentando situações reais de vida e de trabalho.

Para Menezes (2000, pp.20-21) “a aprendizagem é um processo de construção de conhecimento que provém da prática social. É também o desenvolvimento da independência pessoal e da responsabilidade, assim como de várias habilidades sociais e de comportamentos”.

Vimos, pois o Estágio Supervisionado como um rico instrumento de aprendizagem no âmbito das relações pessoais e sociais do mundo do trabalho onde as situações reais impostas ao educando exigem novos comportamentos como postura ética, discernimento, flexibilidade, capacidade de iniciativa, diálogo entre

teoria e prática, equilíbrio emocional. Sendo assim as atividades práticas do campo de Estágio enriquecem os conhecimentos dos estudantes, com troca de experiências, aprendem novas tecnologias, difundem conhecimentos assimilados na sua vida acadêmica, aplicam conhecimentos adquiridos durante o curso. É o momento de validação do aprendizado teórico e prático em confronto com a realidade.

Segundo Silva e Miranda (2008, p 43), dizem que a “sociedade requer profissionais criativos, autônomos, com iniciativa própria, capazes de problematizar uma dada situação e criar mecanismos para superar os obstáculos”.

Considerando esta vertente é importante estabelecer uma relação de ensino com a realidade em que o aluno está inserido, preparando não apenas para demonstrar competência, mas que ele possa saber articular os saberes (saber, saber fazer, saber ser e conviver) que são imprescindíveis as situações reais de trabalho, este viés não restringe apenas no campo de estágio, mas como profissional inserido no mundo produtivo. Nesse sentido é sempre a aprendizagem o objeto do estágio.

Na concepção do professor (QP8) o Estágio Supervisionado é considerado

Um momento para o educando aliar de maneira geral todas as atividades em que estar inserido o seu curso, preparar-se para exercer atividades de coordenação elaboração de projetos, conhecer políticas públicas na sua área. [...] o estudante vai se deparar com situações concretas e tentar resolvê-las. Ele vai fazer cálculos reais para aplicação na prática e saber que todo seu conhecimento teórico agora vai estar em função de um emprego correto de uma finalidade.

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado, deixa de ser restrito ao treinamento profissional, como a maioria das escolas o concebe. Nesse embate as autoras Silva e Miranda (2008, p. 34 e 35), têm a mesma linha de pensamento, quando dizem que é preciso provocar rupturas nas tarefas de ensinar e aprender, construindo processos inovadores. Nessa linha de ação as autoras ampliam o significado de Estágio Supervisionado e favorece:

[...] a aquisição e o domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas; o desenvolvimento da capacidade de análise e síntese teórica para a construção da autonomia intelectual; a realização do trabalho de campo para busca de informações e dados, integrando ensino e pesquisa; a relação entre fatos do cotidiano e as experiências passadas, transpondo para a realidade

os conhecimentos adquiridos; a busca de resposta aos questionamentos da instituição escolar, efetivando o princípio do “aprender a aprender.

Nesta perspectiva do Estágio Supervisionado ser considerado como oportunidade de aprendizagem, avaliamos de forma positiva uma vez que proporciona ao educando autonomia intelectual na transferência de conhecimentos adquiridos durante o curso, demonstra habilidades para lidar com situações novas e contribui para transformação da realidade em que está inserido.

b) Relacionadas à situação de oportunidade

Analisando a tabela nº 01, ao observarmos que os professores das disciplinas de formação específicas do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – Sousa, consideram o Estágio Supervisionado como uma oportunidade do estudante vivenciar experiências, transferindo conhecimentos adquiridos durante o curso, assim como ter contato com realidades práticas e sólidas vivências de campo.

Nesse sentido, o Estágio Supervisionado considerado como prática educativa é importante que o estudante tenha consciência de que não é um trabalhador. Portanto, toda prática que o envolva, embora seja concreta, mostrando-se produtiva e transformadora, tanto do próprio estudante, que está se construindo profissionalmente, quanto do ambiente que ocorra, deve ter como fim o alcance de aprendizagens, serem mediadas pela orientação e ser supervisionada, não se confundindo com a busca da produtividade.

Pimenta (2009) analisa a dicotomia “Teoria e Prática no Estágio”, partindo do pressuposto de que o Estágio é uma atividade teórica prático. Para essa autora o:

[...] Estágio foi definido como atividade teórica que permite conhecer e se aproximar da realidade, atualmente há uma nova abordagem, dado as contribuições da epistemologia da prática se diferenciar o conceito de ações (que diz dos sujeitos) do conceito de prática (que diz das instituições), sendo assim o Estágio como pesquisa começa a ganhar solidez [...] Conclui que o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas teórica, e de transformação da realidade. (pp. 44-45)

O professor (QP7) diz que “o estágio é uma oportunidade do educando integrar as diversas disciplinas acadêmicas”; compreendemos essa posição como instrumento de interdisciplinaridade, onde o estudante traz à tona conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas e dependendo da necessidade difunde estes conhecimentos.

No entanto, para o professor (QP8), o Estágio é considerado “como sendo um momento do estudante testar sua aptidão”. Entendemos a colocação do professor quando considera o Estágio como subsidio para autoconhecimento do estagiário, conhecer suas limitações, seus interesses, evitando a formação de profissional que não se identifique com a profissão de técnico em Agropecuária.

O referido professor complementa seu ponto de vista em relação ao Estágio Supervisionado como “um momento para o educando pesquisar, analisar, avaliar de maneira geral todas as atividades inseridas em seu curso”. Nessa ótica o Estágio situa-se numa visão inovadora, de busca e não apenas de “atividade prática, mas teórica, e de transformação da realidade”, assim como coloca Pimenta (2009, pp.44-45).

O Estágio Supervisionado é considerado ainda, pelo professor (QP6), “como uma oportunidade que o estudante tem de ter um contato mais amplo com realidades práticas e conhecer o dia a dia de sua futura profissão”. É o amadurecimento para o exercício profissional.

Segundo Roesch (1996, p.21) “o Estágio curricular não é simplesmente uma experiência prática vivida pelo aluno, mas uma oportunidade para refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e ferramentas técnicas aprendidas durante o curso”. Nesta perspectiva, o Estágio Curricular tem-se mostrado como uma excelente ferramenta de ligação entre os ensinamentos teóricos aprendidos em sala de aula, com a sua aplicação prática dentro das empresas.

O Estágio como situação de oportunidade avaliamos positivamente, uma vez que oferece meios para o aluno fazer sua projeção profissional assim como possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

c) Relacionada à situação de treinamento

O Estágio foi também visto pelos professores como um treinamento específico acompanhado por um profissional conhecedor de determinada especificidade que passará a esse estagiário, conhecimento técnico. De acordo com a mencionada Lei nº 11.788/2008, o Estágio Supervisionado é considerado como ato educativo. Mostrando a necessidade de orientação e supervisão por parte da instituição de ensino, através de profissional especialmente designando. Observamos na realidade do Instituto *Campus* Sousa-PB, que há em seu regulamento definições das competências do Coordenador de Estágio e do Professor Orientador, estes profissionais não apenas orientam o estagiário na elaboração do relatório, mas avaliam e deixam o aluno apto a receber o diploma.

Na visão do professor (QP7) o Estágio fica muito restrito ao treinamento profissional, como a maioria das escolas o concebe. É necessário que mude esta concepção, optando por uma linha de trabalho mais reflexiva, obviamente orientada pela Instituição de Ensino. Analisando a percepção deste professor, o estágio se limita a execução de práticas, descaracterizando o ato educativo. Este posicionamento perpassa aos interesses mais empresariais do que pedagógico, esta é nossa inferência.

A segunda questão da pesquisa consistiu em identificar os motivos que justificassem a importância do Estágio Supervisionado de que forma tem contribuído na formação do Técnico em Agropecuária. Os resultados estão explícitos na tabela seguinte, organizados em categorias adotadas por mim, a partir de Franco (2007) e em seguida são analisadas as suas inferências.

Tabela 2 Distribuição das respostas sobre a importância do Estágio Supervisionado, na formação do Técnico em Agropecuária.

IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO		PROFESSORES	Nº
Relacionados à autoconfiança			
• O aluno constrói confiança em si mesmo diante das situações problemas apresentadas.			02
• Ocorre maior dedicação por parte do estudante.			02
• É importante para realizar-se na vida profissional.			02
• O estágio funciona como uma “janela do futuro” através do qual o aluno antevê seu próximo modo de viver.			01
• Situa o estudante dentro das realidades a serem experimentadas.			01
Relacionados ao aprendizado			
• Complementa sua formação com conhecimentos.			01
• É uma passagem do “saber sobre” para o “saber como”.			01
• O Estágio possibilita uma reflexão crítica da realidade.			01
• Representa o elo entre o mundo acadêmico e profissional.			01
• O conhecimento é aplicado com uma finalidade.			01
• Não acrescenta muito ou quase nada			01
• O estudante vai se deparar com situações concretas			01

Analisando as respostas dos professores consideramos duas formas de categorização: as relacionadas à autoconfiança e as relacionadas à aprendizagem.

a) Motivos relacionados à autoconfiança

Ao analisar a percepção dos professores observamos que estes consideram o Estágio Supervisionado como possibilidade de poder contribuir para a formação da autoconfiança do aluno, através de situação problema que lhe é imposta durante seu período de Estágio. É o momento de desafio onde o aluno precisa demonstrar competência, segurança nos conhecimentos aprendidos durante a vida acadêmica. O estágio vai proporcionar ao estagiário, situações concretas para tentar resolvê-las.

A segurança é outro aspecto importante no contexto do Estágio Supervisionado. Está relacionada à autoconfiança, é normal a cada situação nova o estudante sentir-se inseguro, considerando ainda sua faixa etária, ou seja, adolescentes em fase de formação e que se sentem no compromisso de

demonstrarem no campo de estágio, habilidades e competências adquiridas durante o curso. Portanto, para minimizar a questão da insegurança os estagiários devem ser trabalhados tanto no aspecto formativo, quanto no procedimento do estágio e sobre a empresa em que irá atuar, sendo assim o estagiário vai sentir mais seguro no seu campo de atuação.

Para minimizar a questão da insegurança dos estagiários cabe a Instituição de Ensino, trabalhar o aspecto formativo, quanto orientar sobre o próprio estágio, como se processa, seus fundamentos e sobre a concedente em que irá atuar, sendo assim eles podem ir mais confiantes ao campo de estágio. Quanto mais informações e conhecimentos sobre a realidade da qual fará parte, maior é o grau de segurança e maior o aproveitamento.

Segundo o professor (QP3), considera importante o Estágio Supervisionado por que:

Ocorre maior dedicação por parte do estudante, sobretudo a valorização dos conhecimentos que, muitas vezes, apesar de serem ministrados no decorrer do curso, os discentes não davam tanta importância e só, durante sua aplicação é que ocorre uma maior dedicação.

Nesta visão, o Estágio Supervisionado funciona como um momento de amadurecimento do estudante, onde ele passa a valorizar o conhecimento, que antes do Estágio, era considerado insignificante.

Outro aspecto relevante visto pelos professores, é que o estágio sendo uma oportunidade para auto - realização profissional do estudante, ele pode antevê seu modo de vida, tendo o estágio como uma “janela do futuro” ganhar a vida na profissão que escolheu.

As inferências das expressões citadas pelos professores “como ganhar a vida”, significa nas suas entrelinhas garantir sua independência financeira, através de seu desempenho profissional, para tanto é necessário demonstrar competência técnica, segurança emocional e êxito em sua profissão.

O Estágio Supervisionado é comparado pelos professores, a uma “janela do futuro”, significa dizer uma oportunidade que surge para sua inserção no mundo produtivo, complementa ainda, é através do Estágio Supervisionado que “antevê o modo de vida”, isto é o estudante pode fazer uma projeção de vida para o futuro, ser um profissional bem sucedido ou não, depende da forma como valoriza a profissão,

a desenvoltura no que realiza o gosto pelo que faz, a ética e a competência faz o profissional.

b) Relacionados ao aprendizado

Para justificar a importância do Estágio Supervisionado na formação do Técnico em Agropecuária dos estudantes do IFPB - Sousa, os professores das disciplinas de formação específica do curso Técnico em Agropecuária do IFPB de Sousa, afirmaram que o estágio é importante porque complementa a formação do estudante, aumenta os conhecimentos. Embora a posição do professor (QP2)³⁰ que se colocou de forma contrária, quando afirmou que o “Estágio Supervisionado é desnecessário, não acrescenta muito ou quase nada”, lendo as entrelinhas percebemos que há uma negatividade sobre estas ações, contrapondo a base legal que rege o Estágio, a Lei 11.788/2008 em seu §1º do art. 2º “O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”.

Nesta visão o estágio é compreendido como desnecessário, uma vez que não garante êxito aos estudantes, pois o fato de não acrescentar muito ou quase nada ao estagiário impede do mesmo concluir o curso, devendo deixar de ser obrigatório. Este ponto de vista foge os princípios legais, pois é uma condição imposta pela Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, deixando claro em seu.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.
§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008,p.1)

Considerando estes princípios legais, a proposta do professor acima citado torna-se inviável, uma vez que o Estágio Supervisionado Curricular, foco deste trabalho, é de caráter obrigatório para a conclusão do curso, podendo o estudante

³⁰ Professor (QP2) não concorda com a importância do Estágio Supervisionado, colocando-se sempre em posições contrárias.

realizar o estágio extracurricular como atividade opcional, com o fim de aprimorar seu Estágio Supervisionado. A posição dos demais professores sobre a importância do Estágio Supervisionado é:

Uma passagem do “saber sobre” para o “saber como” “representa o elo entre o mundo acadêmico e profissional; possibilita uma reflexão crítica da realidade”; todo conhecimento teórico vai estar em função de um emprego, correto com uma finalidade; É um momento de validação do aprendizado teórico e prático em confronto com a realidade” integra as inúmeras disciplinas que compõem a matriz curricular, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e o grau de conhecimento.

O Estágio Supervisionado Curricular é importante porque estabelece uma articulação entre teoria e prática profissional em situações reais de vida e trabalho. É o momento de o estudante aplicar o conhecimento teórico na vivência real com o cotidiano do exercício da profissão, no emprego de técnicas e instrumentos que se vinculam à realização desta, como base para um aprendizado completo da formação profissional.

Propostas dos professores possibilidades para ação

A Tabela três (03) consiste em explicitar as sugestões apresentadas pelos professores das disciplinas de formação específica do curso Técnico em Agropecuária do IFPB-Sousa, visando contribuir para melhoria das ações relacionadas ao Estágio Supervisionado.

Tabela 3. Distribuição das respostas sugeridas pelos Professores do IFPB-Sousa, para realização do Estágio Supervisionado.

PROPOSTAS	PROFESSORES	Nº
Relacionadas às questões de ordem pedagógicas:		01
• Que o professor orientador tenha contato com o estagiário e o oriente.		01
• Que o estagiário sinta amparado e mais seguro de seu papel durante o estágio.		01
• Que o estágio supervisionado deveria ser optativo.		01
• Deveria servir de título para desempate em concurso.		01
• Que as instituições possibilitassem aos alunos, o Estágio Supervisionado, já no primeiro ano de curso.		01
• Orientar sobre a importância da escolha do estágio em áreas nas		

quais o aluno apresentou maior dificuldade de aprendizagem teórica e/ou prática.	01
• Possibilitar oportunidade de ganho de conhecimento.	
• Que haja variabilidade de práticas, “aprender fazer fazendo”.	01
• Que sua realização seja no final do curso;	01
• Dividi-lo em etapas para que desde cedo a escola o aluno tivesse contato com a prática que será enfrentada, e não apenas no final do curso.	01
Relacionadas à Coordenação de Estágio:	
• Que o setor de estágios possa ir às empresas apresentarem sempre seus estagiários.	01
• Deveria ser de responsabilidade da instituição em arranjar o Estágio Supervisionado e não o aluno.	01
• Ter acompanhamento da Coordenação de Estágio	06
• Que os alunos pensassem no estágio como um veículo de transição da vida acadêmica para profissional.	01
• A vinda de alguns estagiários, para contar a sua experiência aos alunos concluintes.	01
• Renovar convênios com as Empresas	01
• Verificar junto às empresas quais dificuldades e repassar para os alunos estagiários	01
• Que o aluno procure um local para que possa fazer seu estágio.	01

As sugestões dos professores das disciplinas de formação específica do curso Técnico do IFPB – Sousa, estão direcionadas aos segmentos da Coordenação Pedagógica e Coordenação de Estágio, visando facilitar a compreensão das categorias referentes a cada segmento.

É importante lembrar que estamos num novo cenário institucional, em dezembro do ano de 2008, período de conclusão de curso dos alunos atores desta pesquisa, a nossa instituição de ensino ainda era Escola Agrotécnica Federal de Sousa-PB, e através da Coordenadoria de Integração Escola Comunidade - CIEC, os estagiários eram encaminhados às empresas para realizarem seu Estágio Supervisionado. Nesta época, até o ano de 2008, não havia o regulamento de estágio, os encaminhamentos se procediam conforme a legislação em vigência, não havia uma regulamentação que envolvesse o coordenador do curso, nem professores que orientassem o aluno em seu Estágio, todo procedimento limitava-se apenas ao Coordenador da CIEC e ao Supervisor de Estágio da empresa concedente.

a) Questões relacionadas à área pedagógica

Considerando estas deficiências, as preocupações dos professores são pertinentes e visando a melhoria da qualidade do Estágio Supervisionado, apresentam as seguintes sugestões: “Que o professor orientador tenha contato com o estagiário e o oriente”; “Que oriente o estagiário em áreas em que o aluno apresentou maior dificuldade de aprendizagem teórica e / ou prática”. Se tivesse disponibilizado um professor orientador de estágio, para o curso técnico em Agropecuária, estas deficiências, obviamente teriam sido minimizadas, através de acompanhamento, avaliação e orientação contínua ao estagiário.

O IFPB *Campus* Sousa, atualmente dispõe do Regulamento de Estágio que orienta todo procedimento dos Estágios dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior. Está distribuído em XI capítulos. No capítulo VII deste Regulamento discorre sobre as atribuições dos envolvidos no processo do Estágio: Coordenador do Curso; Supervisor de Estágio; do Estudante Estagiário; do Professor Orientador de Estágio e do Professor da atividade de Estágio.

Diante desta nova estrutura, as sugestões apresentadas pelos professores respondentes desta pesquisa, estão sendo atendidas, a instituição disponibiliza de uma equipe multiprofissional para viabilizar estes trabalhos, garantindo assim uma orientação eficaz aos estagiários.

Como sugestões apresentadas pelos professores, o estudante deve ser preparado para o estágio ainda na sua atividade acadêmica; que o Estágio seja realizado não apenas no final do curso, mas no primeiro ano, sendo dividido em etapas para que desde a escola o aluno tivesse contato com a prática.

Outra proposta relevante apresentada pelos professores é a diversificação de atividades, a variabilidade de práticas contribui para maior enriquecimento do Estágio, sobretudo dentro da teoria do “aprender fazer fazendo” sendo devidamente acompanhado pelo supervisor e o professor orientador de estágio.

b) Questões direcionadas à Coordenadoria de Integração Escola Comunidade – CIEC

A Coordenadoria de Integração Escola Comunidade tem como competência buscar oportunidade de Estágio junto às Empresas Públicas e Privadas; divulgar as oportunidades de Estágio e celebrar instrumentos jurídicos adequados para fins de Estágio.

Estas são as atividades básicas no cotidiano desta Coordenadoria, sobretudo o compromisso pela formação profissional de nossos alunos, para tanto, tem enfrentado dificuldades como: deslocamento para o campo de estágio, tempo escasso, baixo número de empresas concedentes na comunidade de Sousa para atender a esta demanda. Para suprir esta dificuldade a Coordenadoria orienta o aluno na captação de vagas para realização do Estágio junto as Empresas, ficando para esta Coordenadoria formalizar o instrumento jurídico com as Unidades Concedentes de Estágio e encaminhar oficialmente o estudante para a Empresa.

O Professor (QP7) apresenta como sugestão a esta Coordenadoria, trazer para a Instituição de Ensino alguns estagiários, para contar a sua experiência aos alunos concluintes, consideramos esta proposta de trabalho de fundamental importância, haja vista proporcionar uma visão da prática do Estágio, desmistificando uma situação nova em que o estagiário enfrenta dando-lhe mais segurança.

Ao Supervisor de Estágio, compete acompanhar, orientar e avaliar o estagiário, deve ainda elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o estudante e garantir o seu cumprimento, mantendo constante contato com o Professor Orientador de Estágio.

Principais entraves para realização do Estágio na visão dos professores

Na tabela 04 estão distribuídas as respostas dos professores referentes à seguinte questão: Quais os principais entraves para a realização do Estágio? Fizemos as categorizações dos indicadores relacionadas ao IFPB – Sousa, as relacionadas às Empresas Concedentes e as relacionadas aos Estagiários.

Tabela 4 – Distribuição das respostas dos professores sobre os entraves que dificultam a realização do Estágio Supervisionado dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – Sousa.

ENTRAVES	PROFESSORES	Nº
Questões relacionadas ao IFPB Campus Sousa		
• Dificuldade na celebração dos convênios com as empresas.		03
• A instituição educacional não tem condições de acompanhar todos os estagiários..		01
• Carência de recursos para apoiar o estagiário.		01
Questões relacionadas à Empresa		
• Resistência das empresas em aceitar estágio.		05
• As empresas que abrem para o estágio, não conhecem o papel do técnico em agropecuária e não exploram seu conhecimento de forma adequada.		01
• Utiliza o Estagiário apenas, em funções que não requerem conhecimento prévio.		01
• Não possibilita estada e alimentação ao estagiário.		01
Questões relacionadas ao Estagiário		
• O aluno às vezes não tem como arranjar Estágio.		01
• Dificuldade de deslocamento e hospedagem para o estagiário.		01
• Os estagiários não são alertados das atividades que lhes competem.		01
• Os estudantes ficam ansiosos durante o estágio, falta segurança para realizarem as práticas.		02

a) Questões relacionadas ao IFPB –Sousa

Dificuldades existem e constituem entraves na realização das atividades, de Estágio, quer seja institucional, quer seja por parte das concedentes, assim como dos alunos estagiários, mas quando bem aproveitadas servem de experiências positivas, de superação de desafios.

As questões apresentadas pelos professores em relação ao IFPB – Sousa foram:

Falta de contatos com as empresas e órgãos. Apresento como sugestão: alguém do setor de estágio deve ir pessoalmente, no início de cada ano e renovar com estes órgãos novos “contratação” e verificar junto aos mesmos quais dificuldades e repassar para os alunos estagiários. (QP1).

Fazer esta articulação com as Empresas é na realidade de suma importância, tanto para a Instituição de Ensino quanto para os alunos. O que se percebe como

entraves para execução dessas atividades são: a exigüidade do tempo do Coordenador da CIEC para atender a todas as necessidades da instituição, sobretudo na época em que era ainda Escola Agrotécnica Federal de Sousa, quando não havia funcionários para subsidiar esta Coordenadoria, nas visitas, e celebração de convênios junto às Empresas, divulgação dos cursos oferecidos pela Instituição.

Quanto ao acompanhamento dos estagiários, percebe-se diante destes entraves, que a Coordenação de Estágio realizava um acompanhamento de forma esporádica, através de visitas apenas às concedentes locais, por meio de ligações telefônicas ou de forma virtual através de endereço eletrônico, assim como através de leitura das avaliações de Estágio.

b) Questões relacionadas à Empresa

Observando as respostas dos professores no que concernem as dificuldades relacionadas à Empresa, citamos a celebração dos convênios, estas não tinham interesse em consolidar parcerias, quando conseguia a concessão a maioria não valorizava as ações do Estagiário, sobretudo as Empresas privadas, conforme posição do professor (QP3), ao afirmar

a resistência das empresas em abrir suas portas para a entrada dos estagiários, o que é um fator limitante do número de alunos que conseguem estagiar fora de sua instituição de origem. Além disso, muitas vezes, as empresas que abrem para o estágio, não conhecem o papel do técnico em agropecuária e não exploram seu conhecimento de forma adequada, utilizando-o, apenas, em funções que não requerem conhecimento prévio.

Estes entraves são confirmados nos depoimentos dos professores. (QP5) cita: “muitas vezes as empresas ou instituições diferentes das quais os alunos estão se formando se negam a oferecer oferta de vagas para estágio”,.

Pergunta-se por que os Empresários mantêm esta postura? Onde fica a parceria Escola e Empresa? Que contribuições as Empresas poderiam dar no processo de formação de mão de obra qualificada? Será que os empresários não seriam beneficiados, contratando profissionais especializados? Quais as variáveis possíveis que justifiquem estas atitudes? Será “Insegurança” se realmente o que estar sendo feito está correto? “Medo” de ser traído pela concorrência? “Indiferença”; “omissão”; “comodismo” são hipóteses que poderiam ser um dia

investigadas para justificar esta atitude de não permitirem estagiários nas empresas, esta é a nossa inferência.

Outro entrave na realização do Estágio, citado pelo professor (QP5) é: “algumas vezes os locais pretendidos para realização dessa etapa da formação profissional não possibilitam estadia e alimentação ao estagiário devendo todos os custos ser de responsabilidade do aluno”.

As condições financeiras da maioria dos alunos são precárias, não tem condições de custear as despesas e o IFPB – Sousa, não disponibiliza recursos financeiros para suprir esta dificuldade.

c) Questões relacionadas ao Estagiário

Quanto às dificuldades citadas pelos professores das disciplinas de Formação Específicas do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – relacionadas aos Estagiários são: “O aluno às vezes não tem como arranjar Estágio” este posicionamento do professor (QP2), condiz também com as dificuldades da própria instituição de ensino, por esta razão, buscar oportunidade de Estágio não é da responsabilidade do aluno, mas da Instituição de Ensino, conforme já foi abordado anteriormente.

As dificuldades financeiras dos nossos alunos constituem entraves para o encaminhamento às empresas, sobretudo quando é necessário deslocamento e hospedagem para o estagiário, uma vez que a Instituição não disponibiliza de recursos para estes custeios e nem toda Empresa oferece bolsa auxílio de trabalho.

Outra dificuldade considerada pelos atores desta pesquisa é a falta de orientação, os estudantes não são alertados das atividades que lhes competem, por essa razão ficam ansiosos durante o estágio, falta segurança para realizarem as práticas.

Portanto, de acordo com os professores caberia a Coordenação de Estágio através de sua equipe de trabalho, minimizar estas dificuldades, superando os obstáculos.

O Estagiário e suas Dificuldades na realização do Estágio Supervisionado

Questionamos os professores sobre as dificuldades que os estagiários encontram para realizar o Estágio Supervisionado. Uma gama de respostas foi obtida e elencada na tabela 05, fizemos a categorização dos indicadores de acordo com os segmentos a fim de analisarmos estas dificuldades.

Tabela 5 – Distribuição das respostas dos professores, sobre as dificuldades que o estagiário encontra para a realização do Estágio Supervisionado.

DIFICULDADES DOS ALUNOS	PROFESSORES	
		Nº
Questões relacionadas à Instituição de Ensino		
• Falta a Escola encorajar os alunos para enfrentarem os desafios.		02
• Falta orientar os estagiários nas atividades a serem realizadas e na elaboração do relatório de estágio.		02
• Chegar a empresa sem uma orientação prévia da atividade que ele executa.		01
• A carga horária semanal também poderá influenciar no desempenho do aluno, uma vez que alguns deles necessitam nessa fase da conclusão do curso e já estarem trabalhando paralela a realização do estágio.		01
		01
Questões relacionadas à Empresa		
• É pequena a quantidade de estágios remunerados.		01
• Tempo disponível escasso por parte dos supervisores.		01
• A Empresa dificulta oferta de vaga para estágio		
• Empresas que usam o estagiário como mão de obra barata, sem a devida preocupação com sua formação profissional.		03
		02
Questões relacionadas à Família		
• O estudante perde grandes oportunidades por não ser apoiado ou fortalecido pela família.		01
Questões relacionadas ao Estudante		
• “Medo de errar”, falta de confiança em si próprio.		07
• Timidez que muitas vezes tem atrapalhado o seu avanço pessoal e profissional.		01
• O despreparo por deficiência de conhecimentos.		03
• Não possuir aptidão nenhuma pelo curso.		01
• Dificuldade financeira.		04
• Ir para um estágio já tendo concluído o curso (como profissional).		03
• Não ter vindo numa etapa anterior do estágio, acompanhado de um professor que pudesse prepará-lo melhor para as etapas seguintes.		01

a) Dificuldades relacionadas à Instituição de Ensino

Várias são as dificuldades percebidas pelos professores em relação ao estágio dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do IFPB - Sousa. De forma relevante têm-se as questões relacionadas à Escola.

“Falta a Escola encorajar os alunos para enfrentarem os desafios, envolvendo-os em atividade extraclasse para que eles possam aqui vencer o medo, a vergonha ou timidez que muitas vezes tem atrapalhado o seu avanço pessoal e profissional” (QP1)

No IFPB de Sousa existe uma tradição de promover atividades extra curriculares, visando trabalhar os alunos nos aspectos emocionais, são as Atividades Esportivas; Semana do Pensamento Social; Semana de Arte; Semana da Agroindústria; Semana Tecnológica; Projeto de Extensão; Projeto Empreendedor; Visitação às Empresas, Fazendas, Feiras do Empreendedor Rural, assim como outras atividades. O aspecto da timidez pode ocorrer por falta de segurança dos estagiários em enfrentar situações novas diante do campo de estágio.

Outra dificuldade dos alunos em relação ao Estágio apresentada pelo professor (QP8), “é o estagiário chega à empresa sem uma orientação prévia da atividade que ele irá executar”, reconhecemos que o orientador é um ator importante no desenvolvimento do Estágio, embora o IFPB – Sousa não disponibilizava desse professor ficando toda responsabilidade apenas para a CIEC, atualmente a Coordenação já está com boa estrutura. Possivelmente não venha mais enfrentar esta dificuldade, uma vez instituída a função do professor orientador todas as questões pautadas nesta pesquisa poderão ser minimizadas.

b) Questões relacionadas à Empresa

As dificuldades encontradas em relação à Empresa, para a realização do Estágio são: “tempo disponível escasso por parte dos supervisores”, questão abordada pelo professor (QP6) para que o Supervisor de Estágio desenvolva bem suas funções, demanda tempo tudo que se faz exige dedicação e compromisso com o trabalho.

É bem verdade que o Supervisor de Estágio acumula suas atividades do dia a dia da empresa com outra função paralela que é a de supervisionar o estágio. Elabora o plano de Estágio juntamente com o estagiário, garante seu cumprimento; mantém o contato contínuo com o Professor Orientador de Estágio, é o Supervisor de Estágio que orienta; avalia o desempenho do estagiário, considerando a escassez de tempo do Supervisor de Estágio, a Empresa teria que disponibilizar um

funcionário qualificado na mesma área do estagiário, para realizar o trabalho de supervisão do Estágio.

Questionamos, será que isto não seria motivo das Empresas na maioria das vezes dificultarem a concessão de Estágio? Se for da rede privada principalmente, que interesse teriam as Empresas de pagarem os encargos com funcionários para não renderem lucro? Estas inferências foram levantadas a partir dos indicadores.

Pegamos a “deixa” do lucro, “há Empresa que usa o estagiário como mão de obra barata, sem a devida preocupação com sua formação profissional” conforme diz o professor (QP7).

Não se pode mais conceber a educação profissional apenas para aprender a fazer, mas para aprender a aprender. (SANTOMÉ, 1998, p.241). É preciso conscientizar o estudante de que além do fazer, é preciso conhecer e entender o que se faz, como e por que se faz quais as implicações desse fazer produtivo, os sujeitos e as relações que se estabelecem no fazer, na cadeia produtiva, capacitando-o para reflexão, para a tomada de decisões.

Neste sentido devemos proporcionar uma educação profissional que possa formar o cidadão crítico, participativo, integrante, com condições de continuar aprendendo, capaz de ser um agente transformador frente às relações sociais, frente ao mundo do trabalho. Que possa apropriar-se do trabalho e não o trabalho dele, deixando de ser apenas mão de obra e passando a ser profissional competente, flexível. Para tanto, faz-se necessária uma nova formação que desenvolva as competências do indivíduo.

São recorrentes estas discussões sobre a educação profissional no que concerne sua missão de formar cidadãos aptos e atuarem no mercado de trabalho ou, numa visão reducionista, formar trabalhadores na expectativa de postos de trabalho, com a manutenção da reprodução e de automatismos.

Kulcsar (1991, p.64) diz que:

Na colocação escola-trabalho, pode – se perceber a importância do Estágio Supervisionado como elemento capaz de desencadear a relação entre pólos de uma mesma realidade e preparar mais convenientemente o aluno estagiário para o mundo do trabalho, desde que escola e trabalho façam parte de uma mesma realidade social e historicamente determinada.

O Estágio Supervisionado deve ser bem planejado, organizado, acompanhado, orientado e supervisionado, onde o estudante possa aprender a

construir e produzir. Que ele possa colaborar para a transformação do meio, através de sua atuação e intervenção.

c) Questões relacionadas à Família

A intervenção da família é de suma importância, no processo de formação dos jovens, deve-se proceder de forma equilibrada. Acompanhar, orientá-los para o mundo do trabalho.

Observando a colocação do professor (QP1) quando diz que “muitos alunos são competentes, mas acabam perdendo grandes oportunidades por não serem apoiados ou fortalecidos pela escola e pela família”.

Nesse contexto as famílias devem estimular os estagiários a aproveitarem as oportunidades que surgem e acreditarem que eles são capazes de enfrentar os desafios que o mundo lhe impõe. Portanto, deve realizar um trabalho que fortaleça os jovens na sua realização profissional.

d) Questões relacionadas ao Estudante

Observamos a colocação do professor (QP2), “O estagiário não tem a menor noção de como preencher seu relatório e o instrutor também não”. Esta dificuldade permeia em todos os níveis, não apenas nos nossos alunos, salientamos que apesar da Coordenação de Estágio não disponibilizar um professor para orientar os estagiários na elaboração de seu relatório, a Instituição de Ensino instituiu na sua matriz curricular a disciplina Correspondência Oficial ministrada pelo professor de Língua Portuguesa, que muito tem contribuído dando suporte aos alunos na elaboração de seu relatório.

Outro ponto relevante abordado pelo professor (QP4) é “falta de interesse, e o despreparo por deficiência de conhecimentos por não possuir aptidão nenhuma pelo curso”, este posicionamento do professor sempre ouvimos no dia a dia de trabalho, durante as reuniões pedagógicas e reuniões informais dos professores, quando citam, “que a maioria dos alunos, faz o curso Técnico em Agropecuária visando cursar o ensino médio, não tem vocação para exercer as atividades de Técnico, migram para as faculdades e/ou empregos”.

Nessa perspectiva, o IFPB – Sousa está formando Técnicos em Agropecuária que em sua maioria não tem pretensão de exercer sua função, pois como a Instituição de Ensino só oferece o curso integrado ao Ensino Médio, a maioria dos alunos cursa o técnico visando apenas uma formação geral melhor que lhe prepare para o vestibular, para o ingresso no nível superior.

Nesse sentido, muitos dos estudantes realizam o Estágio obrigatório como mera formalidade, para cumprir a carga horária e não se empenham na sua realização, porque as atividades não são do seu interesse, logo nem pretendem desenvolver um bom Estágio. Portanto, estar tirando a chance de outro estudante que realmente esteja determinado em querer atuar e seguir a profissão de Técnico em Agropecuária e prejudicando a avaliação das concedentes em relação aos estagiários do IFPB – Sousa, já que estas têm percebido que, em muitos casos, há apenas o desejo de cumprir a carga horária obrigatória.

O posicionamento do professor (QP5) em relação às dificuldades dos alunos são as seguintes:

O aluno constantemente irá se deparar com obstáculos ao longo de sua trajetória acadêmica e é no estágio que normalmente essas dificuldades às vezes causam maior ansiedade e nervosismo. Primeiro porque no momento da escolha da empresa na qual se pretende realizar o estágio, nem sempre esta possibilita oferta de vaga ao aluno ou em outras situações a área de atuação pretendida já não pode mais receber estagiários naquela empresa almejada pelo aluno. Outra dificuldade é a pequena quantidade de estágios remunerados, o que para o aluno seria uma possibilidade de arcar com custos de estadia e alimentação e também a importância da primeira experiência de uma remuneração advinda de sua colaboração como profissional.

Este posicionamento, (QP5) demonstra sua preocupação com vários pontos como: de ordem emocional, a “ansiedade e nervosismo” dos alunos quando saem para realizarem o estágio eles enfrentam várias dificuldades deixando-os inseguros, às vezes os alunos fazem o estágio numa empresa que ele não tinha optado, mas como tinha vaga disponível a Coordenação de Estágio fez o seu encaminhamento. É uma situação nova e o novo normalmente causa insegurança.

Outro ponto também importante é o número reduzido de estágio remunerado, as empresas não têm a cultura de remunerar o estagiário, embora a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 orienta em seu art. 12:

o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

Dentro da perspectiva do estagiário ser compensado pelo que faz, é de extrema relevância e uma forma de valorizar o trabalho, colocou o professor (QP5) “a importância da primeira experiência de uma remuneração advinda de sua colaboração como profissional”. Se a Empresa remunerasse o Estágio, haveria um melhor acompanhamento e daria mais importância às atividades desenvolvidas pelo Estagiário.

Abordamos nesta subseção as Empresas Concedentes de Estágio, visando conhecer sua posição quanto aos nossos estagiários, assim como as suas contribuições na formação profissional dos nossos alunos, este constitui nosso objeto de estudo.

5.2.2 O olhar das Empresas Concedentes sobre o Estágio Supervisionado

Visitamos na cidade de Sousa – PB, três (03) Empresas públicas e três (03) Empresas privadas, todas são concedentes de Estágio Supervisionado do curso Técnico em Agropecuária, oferecido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia campus Sousa – PB, com a finalidade de aplicar um questionário de cinco perguntas abertas às Concedentes, visando conhecer sua percepção sobre o Estágio Supervisionado Curricular.

Fizemos a categorização das respostas, e distribuímos nas tabelas abaixo, com os respectivos indicadores, devemos observar que as questões foram abertas e o número de respostas não coincidem com o número de respondentes.

a) A participação dos Estagiários na Empresa

Nesta seção foram abordadas de que forma o estagiário participa das atividades da Empresa durante a realização do Estágio. Elencamos as respostas dos empresários e distribuímos na tabela abaixo.

Tabela 6 – Distribuição das respostas das Empresas, sobre a participação dos estagiários do curso Técnico em Agropecuária do IFPB – SOUSA, durante o Estágio Supervisionado.

	EMPRESAS	Nº
A PARTICIPAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS		
Como o Estagiário participa das atividades das Empresas da área de agropecuária.		
• O estagiário desenvolve atividades e/ou programas de assistência técnica e de consultoria aos agricultores rurais. (elaboração, e monitoramento de projetos agropecuários)		05
• Colabora para o crescimento da empresa.		01
• Orienta o agricultor sobre os meios de adubação, irrigação e o sistema adequado para cada cultura..		01
• O estagiário desenvolve Programas de Educação Sanitária		01

Pelo exposto na tabela 06 observamos que há um engajamento dos estudantes nas atividades das Empresas Concedentes. Na ótica das Empresa a participação do estagiário é vista de forma positiva, os estagiários participam ativamente dos trabalhos de extensão rural conforme posicionamento da (QEM1).

O Técnico em Agropecuária participa muito bem de nossas atividades, por ser um curso condizente com as atividades desta empresa, portanto ele irá desenvolver atividades, ações que irão beneficiar o pequeno agricultor rural, haja vista a carência de informações, logo a empresa é responsável em desenvolver programas de assistência técnica aos agricultores rurais e o Técnico em Agropecuária tem condições de subsidiar nessas atividades.

Em relação às Empresas privadas, os estagiários do curso Técnico em Agropecuária, participam de forma ativa tanto na área do empreendedorismo rural, quanto na área de orientação ao pequeno agricultor, difundem conhecimento técnico, realiza campanhas educativas, e contribuem efetivamente com conhecimentos e práticas na área zootécnica.

Constatamos *in loco* a eficácia desta participação, e a positividade do Estágio como uma “porta aberta” para o mundo do trabalho. Observamos funcionários que foram admitidos inicialmente como estagiários e atualmente fazem parte do quadro de funcionários da empresa. Nesta perspectiva, consideramos o Estágio como real possibilidade de inserção ao mundo do trabalho.

b) Atividades realizadas pelo técnico em Agropecuária, no Campo de Estágio.

A tabela seguinte refere-se ao tipo de atividades que os estagiários desenvolvem nas Empresas.³¹ Observamos que estas são diversificadas, mas condizentes com sua formação profissional, quer sejam em órgãos públicos ou privados estão relacionadas à área agrícola.

Tabela 7 – Distribuição das atividades desenvolvidas pelos estagiários do curso Técnico em Agropecuária, durante a realização do Estágio Supervisionado na Empresa.

ATIVIDADES DOS ESTAGIÁRIOS	EMPRESA: Nº
Atividades relacionadas aos órgãos públicos da área agrícola:	
• Assistência Técnica ao agricultor nas suas comunidades rurais, elabora, orienta e acompanha projetos agropecuários;	05
• Participação em reuniões da empresa ministra palestra e orienta o uso de agrotóxicos e como fazer a adubação.	03
• Avaliação de propriedades, elaboração de laudos técnicos e medição de área	03
• Visitação as fazendas de acordo com o cronograma da empresa.	01
• Leituras de panfletos da empresa; revistas e relatórios técnicos.	01
• Coleta de solo.	01
• Acompanhamento a linha de crédito rural através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), crédito disponibilizado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).	01
• Dá assistência técnica aos produtores inseridos nos projetos de: Apicultura; piscicultura; Sousa –verde, arborização da cidade; horta comunitária..	01
Atividades relacionadas à área zootécnica,	
• Controle zootécnico, manejo animal.	05
• Realiza trabalho de educação sanitária	02
• Atua durante campanha de vacinação de animais.	04
Atividades relacionadas à área e Empreendedora	
• Atendimento direto ao cliente com Venda de produtos agrícolas..	05
• Atividades clínicas como: prevenção das principais doenças; aplicação de vacinas.	03

Quanto as áreas das atividades estão relacionadas a Zootécnia, a agricultura, área Empreendedora e de Extensão Rural, independentemente do órgão para onde o estagiário foi encaminhado, o aluno é bem assistido pelos supervisores de estágio.

³¹ A redundância das questões existiu para confirmação das respostas, assim como lembramos que as questões eram do tipo abertas para possibilitar mais de uma resposta.

Observamos o empenho dos estagiários através das repostas não apenas técnicas, mas pontuais em relação ao desempenho dos estagiários.

O estagiário integra a equipe dessa Secretaria para dar Assistência Técnica aos produtores que estão se adequando aos nossos projetos: Apicultura; piscicultura; Sousa-verde, arborização da cidade; horta comunitária; Acompanha o produtor no desenvolvimento do plantio do girassol e da mamona, através da parceria com a Cooperativa de João Pessoa –PB; desenvolve palestras na região de Sousa para mostrar as vantagens e dar noções ao produtor do que se trata os projetos (QE6).

Através desses posicionamentos, percebemos que a relação entre Empresas Concedentes e alunos estagiários se coaduna formando uma visão de positividade, entre estes atores.

A importância das atividades do Estagiário para o desenvolvimento da Empresa

Os empresários também contribuíram na realização deste trabalho repassando informações importantes a esta pesquisa. Estão distribuídas na tabela abaixo e analisadas de acordo com as inferências.

Tabela 8 Distribuição das respostas das Empresas sobre a importância das atividades do Estagiário para o desenvolvimento da Empresa.

EMPRESA	
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO	Nº
• Colabora na execução dos programas do governo aos agricultores.	03
• O estagiário é mais um profissional que se soma à empresa, colabora para seu crescimento, difunde informações, auxilia na administração.	06
• É de suma importância para o crescimento da cadeia produtiva do leite.	01
• É de grande importância para a Secretaria, pois o estagiário dá apoio ao homem do campo.	03

Percebemos pelas colocações das Empresas concedentes que as atividades realizadas pelos estagiários “só vêm contribuir de forma positiva” (QE1), há uma visão de positividade no estágio, mas precisamos refletir tal interesse. A Empresa (QE3) diz “que o estagiário ajuda muito a empresa, é mais uma mão de obra qualificada, especializada que a gente tem no comércio” Remetendo a colocação do

professor (QP7) afirma que há “Empresas que usam o estagiário como mão de obra barata, sem a devida preocupação com sua formação profissional”, é perceptível a congruência dessas colocações.

Ressaltamos que o Estágio Supervisionado é uma atividade que se desenvolve em situações reais de trabalho tendo como fim a aprendizagem, não devendo ser confundida com a busca da produtividade. É importante citar que o estagiário tenha consciência de que é um estudante e não um trabalhador.

As atividades do estágio poderão assim, oferecer condições para que o estagiário desenvolva e exponha sua criatividade ou simplesmente assuma uma postura reprodutora, imitativa ou ainda, que haja trânsito entre uma teoria e outra. O ideal, para a educação que visa à formação do cidadão emancipado, é que o estudante tenha espaço para exercer uma práxis criadora.

Para Vásquez (2007, p.290) “[...] na práxis total humana, inovação e tradição, criação e repetição se alternam e, às vezes, se entrelaçam e condicionam mutuamente. Mas a práxis determinante é a práxis criadora”.

Esperamos que os sujeitos e, especialmente os estudantes consigam seu pensar e seu agir na prática do estágio, “trazendo seus conteúdos teóricos para o campo da prática reflexiva, desenvolvendo uma atividade consciente objetiva, material, designada práxis” (VÁSQUEZ, 2007, p. 28-29).

Percepção das Empresas Concedentes sobre o curso Técnico em Agropecuária.

Indagamos às Empresas Concedentes sobre: Como o curso Técnico em Agropecuária vem atendendo às necessidades da Empresa? Tivemos a intenção de conhecer seu ponto de vista em relação ao curso de Agropecuária oferecido pelo IFPB – Sousa, no sentido de averiguar como estão sendo formados estes Técnicos, se os requisitos exigidos pelo mercado de trabalho estão correspondendo as suas necessidades, qual o perfil do técnico exigido pelas empresas?

As respostas estão distribuídas na tabela seguinte, de acordo com o segmento da pesquisa, o número de respostas não coincide com o número de respondentes, haja vista as perguntas serem do tipo abertas.

Tabela 9 – Distribuição das respostas das empresas, sobre o Curso Técnico em Agropecuária, se estar atendendo ou não às necessidades do mercado.

POSIÇÃO DAS EMPRESAS	EMPRESAS	Nº
Posicionamento das empresas públicas.		
• É motivo de satisfação receber os estagiários do IFPB, eles vêm preparados, com vontade de por em prática os conhecimentos aprendidos durante o curso.		01
Posicionamento das empresas privadas.		
• Os estagiários trazem novos conhecimentos, dando “sangue novo” a Empresa. Atende as necessidades da empresa		03
• “Otimiza” o relacionamento empresa/cliente.		01
• O curso Técnico em Agropecuária é muito bom.		01
• O curso tem formado técnicos capacitados que realmente se identificam com a área de bovinocultura leiteira.		01
• Os estudantes desenvolvem trabalhos com alto nível de competência na área agropecuária.		01
• Os estagiários têm plenas condições de desempenharem suas funções.		04

Pelas respostas dos empresários, percebemos que o nível de conhecimento dos Técnicos não deixa a desejar, tem sido bem aceito pelas empresas, há recorrências de vários pontos que apontam positividade em relação ao desempenho dos estagiários. Podemos citar na íntegra a posição da empresa (QEM1).

Levando as informações técnicas ao “pequeno agricultor”; efetuando liberação de recursos, de acordo com a necessidade de cada propriedade. O estagiário está apto a fazer avaliação de projeto. Tem estagiário que sai “doutor”, a maioria é interessado pergunta muito, quando não tem atividades para realizar, eles vão pesquisar revistas; folder; relatórios técnicos.

Receber estagiários da antiga Escola Agrotécnica de Sousa tem sido motivo de satisfação, até porque eles vêm com vontade de ver na prática um resultado que foi visto na escola, querem se sentir técnicos. Quando os estudantes chegam para fazer o estágio, nós aqui conversamos muito com eles sobre: as normas da empresa, o objetivo, a filosofia, o funcionamento da empresa, e o plano de atividades previstas a serem realizadas de acordo com seu cronograma, os estagiários têm ajudado bastante.

Mediante o posicionamento do Diretor desta Empresa, podemos considerar uma avaliação positiva do desempenho de nossos estagiários, obviamente a Instituição de Ensino estar atendendo as necessidades das Empresas.

Sugestões das empresas para as ações do Estágio Supervisionado

Para melhor encaminhar os estagiários às empresas, solicitamos aos empresários, sugestões do período em que os alunos possam ser encaminhados e tirarem maior proveito das experiências de campo. As respostas estão distribuídas na tabela 10 com suas respectivas justificativas.

Tabela 10 - Distribuição das propostas e justificativas das Empresas sobre o melhor período para o estagiário do curso Técnico em Agropecuária realizar seu Estágio Supervisionado na Empresa.

PROPOSTAS /JUSTIFICATIVA	EMPRESAS	Nº
A empresa está disponível a receber estagiário o ano inteiro, mas o período mais adequado é de fevereiro a junho, porque é o período das chuvas, muito propício para o início dos projetos do agropecuarista.		02
O período mais aconselhável é de abril a outubro, pois oferece condições aos estudantes observarem os dois ciclos; inverno onde há fartura e de seca onde há a escassez.		01
O ano todo ou, seja especificamente no início de julho a novembro.		01
De Janeiro a Maio e de Agosto a Novembro, tendo em vista as vendas serem mais intensas, o comércio é mais rotativo e por isso mais interessante para o estagiário.		01
Março a Maio e Setembro a Novembro		

Observando as propostas das Empresas no que se refere ao período mais adequado para realização do Estágio Supervisionado, percebemos que há uma diversificação de períodos de acordo com as conveniências de cada uma. Embora a maioria tivesse uma posição a favor do Estágio, para o ano inteiro.

O fator determinante para escolha do melhor período para realizar o Estágio Supervisionado é o período de inverno, por ser mais favorável ao agricultor, por conseguinte melhora o comércio agrícola.

Nesta subseção nos detemos sobre as experiências vivenciadas pelos alunos concluintes de 2007 e 2008, Egressos do curso Técnico em Agropecuária, quando ainda a Instituição era Escola Agrotécnica Federal de Sousa, visando conhecer as

contribuições que o Estágio Supervisionado proporcionou para a formação profissional dos Técnicos em Agropecuária, objeto desta pesquisa.

5.2.3 Os Egressos e sua experiência no campo de estágio

Os Técnicos em Agropecuária considerados Egressos, ou seja, alunos concluintes dos anos de 2007 e 2008 participaram desta pesquisa, a fim de representarem uma amostragem deste segmento. Foram aplicados 20 questionários embora só conseguimos receber apenas dez (10), por razões adversas, os alunos deixaram de devolver. Insistimos em obter mais dados através de endereço eletrônico, enviando e-mail, mas não foi logrado êxito. Portanto, este segmento ficou assim representado por 10 Egressos. O questionário abordava questões sobre o Estágio Supervisionado Curricular, sua concepção e relato de experiências. Dos dez egressos respondentes, sete realizaram seu Estágio Curricular em Órgãos Públicos das três esferas: Federal; Estadual e Municipal e três nas Empresas Privadas.

Quanto aos setores onde os egressos pontuaram seus conhecimentos, através do Estágio Supervisionado foram: Pesquisa e Produção da IFPB – Sousa; Projeto Agente Rural – Setor de Cultura de Milho de Sequeiro; Assistência Técnica aos produtores da região; Setor de Suinocultura; Programa Fazenda Eficiente; Setor de Treinamento / Capacitação.

As respostas foram distribuídas nas tabelas seguintes. Através desses indicadores organizamos a categorização para em seguida serem analisadas.

As atividades realizadas pelos egressos do curso Técnico em Agropecuária durante o Estágio Supervisionado nas Empresas

As atividades executadas pelos estagiários, durante seu período de Estágio na Empresa, foram de acordo com a área de produção de cada empresa e condizente com a área do curso dos estagiários, de acordo com as respostas obtidas percebemos duas linhas de trabalho: As relacionadas ao Campo e as de Assistência Técnica, conforme a Tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição das atividades realizadas pelos egressos do curso Técnico em Agropecuária durante o período do Estágio Supervisionado nas Empresas.

	EGRESSO	Nº
ATIVIDADES REALIZADAS		
Relacionadas ao Campo:		
• Pré- plantio e plantio de culturas anuais		03
• Montagem do sistema de irrigação		01
• Capina manual e adubação orgânica		01
• Coleta e análise de solos		01
• Manejo animal, pesagem e mensuração semanal dos animais abatidos.		01
Relacionadas à Assistência Técnica aos produtores rurais:		
• Visitas técnicas, treinamentos, palestras, reuniões		01
• Atividades de acompanhamento e consultoria técnica e gerencial em propriedades que trabalham com bovinocultura leiteira.		01

As atividades realizadas pelos estagiários correspondem ao processo de produção agropecuária que são ligadas à produção vegetal e animal, conforme tabela acima representada.

Documentos do MEC (BRASIL 2000, p.29) dizem que o Técnico em Agropecuária deve desenvolver atividades nas seguintes áreas: Na área vegetal o uso e manejo do solo, acompanhamento do crescimento da planta, controle de pragas, doenças e plantas daninhas assim como colheita e pós-colheita. Na área de produção animal as atividades são: reprodução animal, melhoramento genético, nutrição animal, forragens, manejo da criação e sanidade animal, e na área de gestão o Técnico monta e monitora a estrutura administrativa; elabora o plano de exploração da propriedade; monitora o processo de comercialização, controla e avalia o processo produtivo. Executa funções de planejamento e elabora projetos em agropecuária.

Observando a tabela acima percebemos que os estagiários desempenham atividades inerentes às suas funções, sobretudo na área de gestão, quando os nossos estagiários realizam estágio nos seguintes órgãos: o Banco do Nordeste do Brasil (carteira agrícola), SEBRAE (Projeto Fazenda Eficiente) EMATER e nas empresas privadas do comércio agrícola onde desenvolviam basicamente atividades de acompanhamento, consultoria técnica e gerencial em propriedades rurais.

Dificuldades e Facilidades no campo de Estágio

Quanto às de dificuldades e/ou facilidades encontradas pelos egressos durante da realização do estágio, estão elencadas na tabela abaixo, e são analisadas de acordo com sua categorização.

Tabela 12 – Distribuição das respostas apresentadas pelos egressos, quando inferidos sobre as facilidades/dificuldades encontradas durante a realização do Estágio Supervisionado.

FACILIDADES/DIFICULDADES	EGRESSOS
	Nº
Questões relacionadas às facilidades:	01
• Já tinha conhecimento com o setor onde realizou o estágio	01
• Teve apoio e boa recepção do público alvo	02
• Foi bem orientado pela Empresa	03
• Teve boa comunicação com o orientador de Estágio	
Questões relacionadas às dificuldades:	
• Falta de apoio dos governos municipais e estaduais para o término do projeto	01
• Adversidade climática, ano de grande seca, comprometendo os trabalhos do agricultor.	02
• Repasse de informações técnicas para produtores resistentes as novas tecnologias.	02

Os fatores que mais contribuíram para facilitar a realização do Estágio Supervisionado dos alunos do curso Técnico em Agropecuária foram os de ordens relacionais, tanto por parte das empresas concedentes, como dos agricultores. No tocante as empresas houve boa receptividade, o supervisor de estágio estava sempre à disposição para orientar as atividades contribuindo para seu aprendizado. Assim como os agricultores recebiam muito bem os estagiários, entretanto foi registrada como dificuldade na realização do estágio, a resistência dos produtores para absorverem as informações técnicas e orientações sobre novas tecnologias.

As contribuições do Estágio Supervisionado na formação do Técnico em Agropecuária.

Consideramos relevantes as posições que determinam a importância do Estágio Supervisionado do Técnico em Agropecuária, uma vez que este só vem

enriquecer a formação profissional, complementa o ensino com a prática, contribuindo para a aquisição de novos conhecimentos e experiências práticas.

É no Estágio Supervisionado onde o aluno realiza sua auto-afirmação, constrói sua identidade profissional possibilitando colocar-se a uma situação real de trabalho e de relacionamento humano. É através dessa oportunidade que o aluno irá realmente perceber se a escolha de sua profissão corresponde com suas aptidões, assim como irá contribuir para seleção a emprego, pois o estágio é uma oportunidade de inserir no mercado de trabalho.

Tabela 13 – Distribuições das respostas dos alunos quanto às contribuições do Estágio Supervisionado na formação do Técnico em Agropecuária.

CONTRIBUIÇÕES		EGRESSOS N°
Relacionadas à situação de ensino-aprendizagem		
• Tem oportunidade de adquirir mais conhecimentos		04
• Adquire mais experiência com o exercício da prática		03
• Prepara o estudante para concorrer no mercado de trabalho		04
• O Estágio Supervisionado dá ao futuro profissional uma visão positiva de sua formação		01 05
• Liderança para trabalhar com as pessoas.		

Na ótica dos Egressos do curso técnico em Agropecuária, percebemos a relação com o processo ensino aprendizagem. “Oportuniza colocar em prática os conhecimentos adquiridos”. Nesta perspectiva o Estágio Supervisionado surge como forma de colocar, em prática o que foi aprendido na instituição de ensino. É considerado como oportunidade de mostrar os conhecimentos e avaliar a relação entre o que se ensina no ambiente da sala de aula e o que se faz no trabalho, constitui um momento de aprendizagem onde o estagiário tem de unir teoria e prática durante o ambiente real de trabalho e integrada à proposta curricular.

Vásquez (2007, p.225) afirma que o “Estágio Supervisionado é uma atividade educativa e se desenvolve em situações reais de trabalho”. É uma oportunidade que o estudante tem de colocar-se próximo à realidade profissional, visando à aprendizagem. Considera ainda uma atividade prática realizada no ambiente de trabalho.

Outro ponto relevante é o contato direto com o homem do campo, proporciona confiança, auto - afirmação profissional como diz o egresso (QE2).

A prática é extremamente necessária para a formação do profissional, em qualquer área. No nosso caso, tivemos contato direto com o homem do campo, podendo assim ver sua realidade: dificuldades e principalmente a força do sertanejo.
Só me senti um verdadeiro técnico agrícola, quando de fato comecei a praticar nas comunidades, o que tanto aprendi na escola.

Pelas colocações do egresso (QE2), percebemos o quanto é necessário esta vivência no campo de estágio, adquire mais experiência, há uma troca de conhecimentos, assim como é uma oportunidade de demonstrar liderança para trabalhar com as pessoas.

A comunicação com o produtor rural é de fundamental importância, através dessa relação o estagiário contribui com informações que são peculiares para a melhoria da produção do agricultor rural, assim como o estudante aprende com as suas experiências vividas no campo.

Portanto são nas experiências de diálogo, de interação, de divergência, de ensino-aprendizagem, nas relações pessoais e profissionais, do conhecimento adquirido e compartilhado que o estagiário consolida seu estágio.

A percepção dos Egressos quanto à importância do Estágio Supervisionado na Formação do Técnico em Agropecuária

O Estágio Supervisionado é importante porque contribui para o desenvolvimento, aprimoramento do estudante. Parece redundante, mas percebemos que as questões se coadunam, se complementam, dando mais consistência às respostas dos egressos.

Tabela 14 - Distribuição das respostas dos Egressos do Curso Técnico em Agropecuária, sobre a importância do Estágio Supervisionado, na sua formação profissional.

EGRESSOS		Nº
IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO		
Relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem		

• Proporciona enriquecimento de aprendizagem, com conhecimentos práticos	01
• Foi importante o Estágio Supervisionado porque deu condições de praticar nas comunidades o que tanto aprendi na escola..	01
• Proporciona troca de experiências	01
Relacionadas às situações de auto-afirmação profissional	
• É muito importante para um técnico, pois é o no estágio que começamos a sentir a responsabilidade de um profissional competente	01
• Acumulamos experiência para competir no mercado de trabalho	01
• É muito importante para a conclusão do curso porque constitui a primeira experiência de trabalho	01
• É importante para a construção da carreira profissional.	01
• Ao realizar o Estágio Supervisionado, senti um verdadeiro técnico agrícola	01

A posição dos respondentes sobre a importância do Estágio Supervisionado, é basicamente a mesma, quanto às contribuições para a formação do Técnico em Agropecuária, acrescentando apenas alguns pontos:

É muito importante para um técnico, pois é o no estágio que começamos a sentir a responsabilidade de um profissional competente. (QE5);

Com o objetivo de uma especialização nas Ciências Agrárias, o Estágio Supervisionado na área de pesquisa proporcionou experiências que estão sendo úteis na minha formação acadêmica (QE6)

Foi muito importante para a conclusão do curso porque é a primeira experiência de trabalho (QE7)

Pelo exposto, observamos que os estudantes só passam a valorizar mais o curso quando sentem que a sociedade irá cobrar conhecimento, postura, responsabilidade, amadurecimento e competência na realização do trabalho. Diante da competitividade no mundo do trabalho, o estudante utiliza o estágio como momento oportuno para suprir suas deficiências intelectuais, visando corrigir as distorções na área do conhecimento. É considerado um exercício que possibilita um aprendizado mais eficaz.

O Estágio Supervisionado é considerado ainda na percepção dos egressos, como possibilidade de enriquecer o currículo tendo como primeira experiência de trabalho, nesse sentido contribui para facilitar sua inserção ao mundo produtivo.

Observamos ainda nas respostas dos egressos, que o Estágio Supervisionado foi importante porque proporcionou experiências na área de pesquisa a qual tem sido muito útil na sua formação acadêmica.

A visão da empresa em relação ao estagiário

Solicitamos dos egressos para citarem de que forma as empresas concedentes de estágio, percebiam seu desempenho durante o Estágio Supervisionado. Os resultados dessa questão estão distribuídos na tabela abaixo.

Tabela 15 – Distribuição das respostas dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária sobre a visão que a empresa tem em relação ao Estágio Supervisionado.

VISÃO DA EMPRESA	EGRESSOS	Nº
Relacionadas ao desempenho dos Estagiários		
• A Empresa ver o estagiário capacitado para realizar as atividades.		01
• Ver o Estagiário sem qualquer discriminação		
• Está sempre preocupada com o desenvolvimento profissional do Estagiário.		01 01
• O supervisor da Empresa sempre apóia, orienta e incentiva o Estagiário, tem boa aceitação.		01
• A Empresa considera satisfatório o conhecimento assimilado pelos estudantes, durante o curso.		02
• Considera o Estagiário um Profissional habilitado para as atividades do setor de pesquisa animal.		01

Pelas respostas obtidas percebemos que as empresas tinham boa aceitabilidade em relação aos nossos estagiários, havia uma boa relação com os estudantes durante a realização do Estágio Supervisionado, não os discriminavam pelo fato de serem aprendizes, mas pelo contrário davam-lhes apóio, incentivo e se preocupavam com o desenvolvimento profissional do estudante.

Portanto, a visão que as empresas tinham dos estagiários era de positividade, em função do bom desempenho apresentado por eles. Para tanto, podemos observar as colocações abaixo que irão confirmar este posicionamento.

Considera o Estagiário um Profissional habilitado para as atividades do setor de pesquisa animal (QE5).

Achou satisfatório no que diz respeito aos conhecimentos assimilados durante o curso técnico (QE3).

A mesma ver o estagiário capaz, sem qualquer discriminação e está sempre preocupada com o seu desenvolvimento profissional. (QE1).

Diante destas colocações é possível perceber que os estagiários têm correspondido aos requisitos exigidos pelas empresas durante a realização do Estágio Supervisionado como: competência técnica; responsabilidade; seriedade no que realiza; disciplina, sobretudo interesse em aprender mais, pois esta é a finalidade do estágio – aprender e quando se tem interesse obviamente fica mais fácil apossar-se desse conhecimento.

5.2.4 O Estagiário no cenário das Empresas Concedentes

Os alunos concluintes de 2009 do curso técnico em Agropecuária, considerados atores desta pesquisa, responderam ao questionário atendendo a nossa solicitação a fim de contribuírem com posicionamentos sobre o Estágio Supervisionado.

Está representada numa amostragem de 10 Estagiários, que no momento da pesquisa ainda se encontravam em atividades no campo de estágio sendo distribuídos nas áreas de Agricultura; Zootecnia; Cooperativismo e Gestão. O processo de encaminhamento do Estágio Supervisionado dos alunos se dá de acordo com a área de seu interesse. Observamos as respostas dos estagiários e distribuímos os resultados na tabela abaixo:

Tabela 16 - Distribuição das respostas dos Estudantes concluintes do Curso Técnico em Agropecuária, em relação à área que pretendem realizar seu Estágio Supervisionado:

		Nº
ÁREA DO ESTÁGIO	ESTUDANTE	
Áreas relacionadas do Estágio Supervisionado		
• Cooperativa agrícola		02
• Agrícola		04
• Zootécnica e		03
• Gestão		01

A Coordenação de Estágio do IFPB- Sousa encaminha os estudantes ao campo de estágio, de acordo com a ficha de solicitação do estagiário, contendo sugestão da área de interesse e a empresa que pretende estagiar. Podemos verificar na tabela acima, as áreas optadas pelos estudantes.

A CIEC tem encaminhado os alunos para realizarem seus estágios nas Cooperativas Agrícolas, tanto da própria instituição de ensino como em outras localidades do próprio estado e/ou estado circunvizinhos. São através das cooperativas que os agricultores conseguem executar projetos agrícolas que beneficiam empreendimentos rurais, viabilizam a liberação de créditos junto ao Banco, assim como processa a comercialização dos produtos agrícolas. O desempenho dos estudantes nessa área é de suma importância, tanto na aquisição de experiência profissional quanto no suporte técnico aos agricultores que visam sucesso em seu empreendimento rural.

Um ponto relevante a ser citado é o estagiário optar pelo estágio na área de gestão, assim como há uma demanda de estagiário por parte das empresas concedentes. Consideramos de muita positividade, haja vista o estudante adquirir experiência em monitorar uma estrutura administrativa do empreendimento, assim como participar efetivamente do processo de comercialização de produtos agropecuários.

Na área Agrícola os Estagiários têm uma gama de opções para desempenharem suas atividades de estágio, preferencialmente nas unidades educativas de produção do IFPB – Sousa, no setor de fruticultura visando acompanhar desde a produção de mudas, plantio e colheita dos frutos, assim como o acesso ao laboratório de análise de solos da referida instituição de ensino.

Na área Zootécnica os estagiários fazem mais opção pela Farmácia Veterinária, preferindo um contato direto com o produtor agropecuarista, têm oportunidade de acompanhar o médico veterinário, a fim de assistir e subsidiar nas práticas de sanidade animal; reprodução e melhoramento genético.

O estudante do curso técnico em Agropecuária tem demonstrado interesse em realizar seu Estágio Supervisionado na área de gestão, tendo em vista ser um aprendizado, que posteriormente facilitará a sua inserção na área empresarial. Entretanto tem demonstrado relevância na aquisição de experiências, em elaboração de projetos regionais, o estagiário pode montar, monitorar e avaliar

empreendimento rural, comercializar produtos, orientar produtores quanto da aplicação dos produtos agrícolas e /ou zootécnicos. Convém ressaltar o campo de Estágio que viabilizam os alunos desempenharem tais atividades, é a carteira agrícola do BNB agência de Sousa – PB, na EMATER, no Projeto Fazenda Eficiente em parceria com o SEBRAE e nas empresas privadas que comercializam os produtos agropecuárias.

Como conseguir Estágio Supervisionado

Conseguir vagas para realização do Estágio é função da CIEC, conforme já citado anteriormente, entretanto os alunos colaboram na captação de vagas para realização do seu Estágio. Conseguir campo de Estágio não é uma tarefa fácil, demanda uma série de fatores. Indagamos aos alunos sobre de que forma foi viabilizado seu estágio, os resultados estão distribuídos na tabela abaixo.

Tabela 17 Demonstrativo da concessão de Estágio

CONCESSÃO DA EMPRESA	ESTUDANTE Nº
Relacionadas à intervenções da Família	02
• Amizade com Empresário	
Relacionadas às solicitações do IFPB- Sousa	03
• Convênio celebrado com a Empresa	
Relacionadas ao vínculo de Trabalho	01
• O Estagiário já trabalha na Empresa	

De acordo com as informações da Coordenação de Estágio a captação de vagas junto às Empresas concedentes, se dá na maioria das vezes com dificuldades, estas são captadas através da CIEC e do próprio aluno. Há Empresas que concedem vagas para realização do Estágio aos alunos, através de intervenção da família, pela amizade que tem com os empresários, logo há mais facilidade de consolidar o pedido cabendo ao Instituto formalizar com os instrumentos jurídicos.

Outra modalidade para conceder o Estágio está relacionada ao cadastro existente na própria instituição de ensino, através da solicitação oficial do IFPB – Sousa. Quando o aluno já trabalha na Empresa, a via de acesso é imediata, apenas a instituição formaliza o processo com instrumentos legais.

Aspecto que chamou atenção no Estágio Supervisionado

Realizar o Estágio Supervisionado gera muita ansiedade, sobretudo porque é a primeira vez que o aluno sai do ambiente de sala de aula para as empresas a fim de complementar a carga horária do curso, cuja condição imprescindível para aquisição do Diploma de Técnico em Agropecuária.

Visando conhecer o nível de satisfação do aluno, perguntamos o que chamou mais atenção durante o estágio Supervisionado. Tivemos os resultados³² representados abaixo.

Tabela 18 Demonstrativo das respostas dos alunos estagiários sobre o que mais chamou atenção durante o período de Estágio.

O QUE CHAMOU MAIS ATENÇÃO NO ESTÁGIO	ESTUDANTE	Nº
• Contato com o mercado agrícola		01
• Experiências novas		02
• Repasse de informações ao pequeno agricultor		01
• Trabalhar com projetos		01
• Acompanhamento aos agricultores		01
• O acompanhamento do Orientador		01

O estágio supervisionado é uma importante fase da vida acadêmica dos alunos, servindo em muitos casos, como o primeiro contato do aluno com o dia-a-dia das organizações. Diante das experiências vivenciadas pelos estagiários o que mais chamou atenção foram: O contato com os agricultores a fim de repassar orientações técnicas, acompanhá-los em seus empreendimentos rurais, elaborar projetos para captações de recursos junto à carteira agrícola nas agências bancárias. Foram consideradas relevantes tendo em vista serem experiências inovadoras.

Outra atividade que também chamou atenção foi inserir-se no mercado agrícola, comercializando produtos aos agropecuaristas. As experiências novas enriqueceram o estágio, complementando sua formação profissional. A tabela 17 demonstra que os estagiários tiveram acompanhamento do Orientador, obviamente as dificuldades em realizar o estágio foram minimizadas.

³² O número de respostas não coincidem com o número de respondentes haja vista as perguntas serem do tipo aberta, dando margem a mais de um motivo.

O Plano de Estágio: orientação e execução

Para viabilizar a execução das atividades do Estágio Supervisionado, os alunos recebem orientação do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio da empresa concedente, para juntos elaborarem o Plano de Estágio que irá subsidiar na execução das atividades e atender a necessidade da Empresa. Inferimos sobre essas atividades e elencamos na tabela 19 para serem analisadas.³³

Tabela 19 - Distribuição das atividades prevista no plano de Estágio

PLANO DE ESTÁGIO	ESTUDANTE	Nº
Questões relacionadas às atividades no plano de Estágio		
• Recebimento de mercadoria		01
• Venda de insumo e implementos agropecuários		01
• Atividades de campo		01
• Entrega de mercadoria aos pequenos agricultores		01
• Manejo animal		02
• Atender aos clientes		03
• Orientar os agricultores como fazer uma boa adubação e como usar inseticidas adequadas na sua cultura		03
• Desenvolver e acompanhar as atividades relacionadas aos projetos		02
• Poda de plantas frutíferas		03
• Adubação; preparo de substrato para mudas		02
• Produção agrícola		02

As ações executadas pelos estagiários são condizentes com as funções do Técnico Agrícola prestam assistência técnica a grupos de produtores rurais, com objetivo de desenvolver as potencialidades de suas fazendas, aumento da produtividade agropecuária.

Quanto à atividade de “receber mercadoria”, não ficou muito clara se este recebimento é apenas para conferir o produto ou para descarregar a mercadoria. Se considerarmos esta última premissa, foge das atribuições do técnico, passando a explorar a mão de obra qualificada para trabalhos meramente braçal.

³³ A pergunta suscitou mais de uma resposta

Daí a importância da supervisão do Professor Orientador e da Coordenação da CIEC, no campo de Estágio, para que haja o respeito e o cumprimento das bases legais.

Expectativas dos alunos estagiários: ansiedade e insegurança

Quando nos deparamos com o novo, normalmente sentimos ansiosos, em se tratando do estágio, é óbvio, este sentimento de insegurança, logo o estagiário deve estar preparado quanto aos aspectos formativos e emocionais. Durante a pesquisa perguntamos aos estagiários quais as expectativas em relação ao estágio. As respostas encontram-se distribuídas na tabela 19.

Tabela 20 Distribuição das respostas dos Estagiários, sobre as expectativa mediante o estágio.

EXPECTATIVAS	ESTUDANTE	Nº
Relacionadas à situação de ensino-aprendizagem		
• Aproveitar ao máximo o período de Estágio		02
• Aumentar meus conhecimentos		03
• Melhorar as experiências		01
Relacionadas à inserção no mercado de trabalho		
• Facilitar meu ingresso no mercado de trabalho		04
• Ser admitido pela empresa		02
• Estar preparado para trabalhar na área		01
Relacionadas à auto-estima		
• Poder contribuir com o pequeno agricultor		02
• Demonstrar confiança		02
• Desenvolver as atividades relacionadas ao curso		01

O Estágio Supervisionado gera muitas expectativas nos estudantes, pois há uma responsabilidade em demonstrar o nível de conhecimento adquirido, a empresa espera que surja uma contribuição pertinente nos trabalhos executados pelos mesmos, os quais deverão ser detalhados no plano de atividades do Estágio Supervisionado.

É importante salientar que o estagiário representa a instituição de ensino em que estudou junto à organização onde realiza o estágio, portanto deve agir eticamente, responder pelos seus próprios atos, bem como desempenhar as

atividades que lhe são confiadas, de forma satisfatória, principalmente cooperando para o crescimento da empresa, aplicando, se possível; os conhecimentos adquiridos em seus anos de estudo, de forma metódica e coerente com as necessidades da empresa, contando para isto com o apoio de seus orientadores e da instituição de ensino.

O aluno estagiário espera aproveitar ao máximo todas as experiências, no sentido de aumentar os conhecimentos. Apresenta o desejo de inserir-se no mercado de trabalho. Portanto é necessário que seja realmente competente, uma vez que as organizações/empresas exigem profissionais cada vez mais preparados, de modo que saiam prontos para atuarem no mundo produtivo.

Na perspectiva da empresa o Estágio Supervisionado é o momento de verificar in-loco o desempenho dos estagiários, de observar seu potencial, de acompanhar sua evolução desde a chegada à conclusão do estágio. Considerando este aspecto, o estágio é uma oportunidade que o aluno tem de desempenhar bem suas atividades, demonstrar sua competência técnica, pois através deste facilitará a sua inserção na empresa, uma vez que o Estágio Supervisionado constitui uma ponte de ligação entre o mundo do trabalho, indicando possibilidade de futura contratação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste estudo verificar a importância do Estágio Supervisionado Curricular na formação do Técnico de Nível Médio em Agropecuária dos alunos do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba *Campus* Sousa.

Tínhamos como finalidade conhecer as visões dos atores envolvidos nesta pesquisa, como os Professores das disciplinas de formação específicas do referido curso, as Empresas concedentes de Estágio, os Egressos que vivenciaram esta experiência, e os Estudantes que estavam realizando o Estágio Supervisionado.

Considerando as várias concepções abalizadas pelos atores da pesquisa sobre o Estágio Supervisionado na formação do técnico em Agropecuária, este é importante para a formação profissional, é considerado como fonte de experiência, potencializador de aprendizagem e de preparação para o mundo do trabalho, é concebido como uma situação-processo de ensino- aprendizagem.

Concordamos com Buriolla (2009, p.82), ao afirmar que o Estágio é o “lôcus apropriado onde o aluno desenvolve a sua aprendizagem prática, o seu papel profissional, a sua responsabilidade, o seu compromisso, o espírito crítico, a consciência, a criatividade e demais atitudes e habilidades profissionais esperadas em sua formação”.

O presente estudo revelou como era desenvolvido o Estágio Supervisionado na antiga Escola Agrotécnica Federal de Sousa³⁴, bem como no atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba *Campus* Sousa. Temos observado evolução dos trabalhos no que concerne ao Estágio Supervisionado, constatando mudanças de concepções e de práticas dos atores envolvidos neste processo.

Inicialmente fizemos um estudo comparativo considerando a linha do tempo e suas transformações para podermos compreender as diferentes práticas adotadas por esta Instituição de Ensino.

A Escola Agrotécnica de Sousa-PB adotava até o ano de 1996, o sistema de monitoria com uma carga horária de 240 horas, onde o aluno vivenciava na própria Escola-fazenda as suas práticas junto as Unidades Educativas de Produção – UEPs, conforme mencionado anteriormente, eram atividades planejadas juntamente com

³⁴ Escola Agrotécnica Federal de Sousa até dezembro de 2008

os professores dos referidos setores e a cada quinzena havia um rodízio destes setores possibilitando o conhecimento prático nas áreas agrícolas e zootécnicas. Após o cumprimento das quatro (04) monitorias, o aluno era encaminhado às Empresas para vivenciar novas experiências numa carga horária de 120 horas, totalizando 360 horas de Estágio. Estas atividades não se davam de forma isoladas os professores das disciplinas de formação específicas acompanhavam todo processo e faziam avaliações do desempenho do estagiário.

Analisando o Estágio neste contexto percebemos contribuições valiosas na formação profissional do Técnico em Agropecuária, tanto no aspecto formativo como conceitual, percebemos estes resultados através de experiências exitosas nos encontros de ex-alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa que vivenciaram esta experiência de Estágio e atualmente são profissionais bem sucedidos no mercado de trabalho. Mediante estes resultados avaliamos de forma positiva o Estágio Supervisionado.

Ocorreram mudanças no procedimento de Estágio e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa-PB (2008) adotou novo modelo de Estágio Supervisionado voltado apenas para o cumprimento de carga horária, desprovido de planejamento, acompanhamento, supervisão e avaliação, limitando-se apenas nas observações das Unidades Concedentes, e entrega do material de estágio, à Coordenadoria de Integração Escola Comunidade- CIEC. Desta forma contribuía para distanciar as características do ato educativo, ou seja, de uma atividade curricular teórico - prática de aprendizagem. Não havia um Regimento de Estágio todo procedimento era realizado com base na legislação em vigência, havia resistência por parte da Empresa em celebrar parceria com esta Instituição de Ensino, dificultando assim a captação de vagas para a realização do Estágio.

Estes fatores considerados pontos negativos, tiveram implicações para a aprendizagem, refletindo para o aluno a pouca importância que se dava ao Estágio sendo assim era esperado mau desempenho por falta de interesse e compromisso dos estagiários.

Atualmente o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia realizou mudanças significativas neste processo, constituindo uma atividade integrada à proposta pedagógica, possibilitando unir teoria e prática assim como aperfeiçoar e

solidificar a formação profissional objetivando a transição do jovem para a vida ativa.

De acordo com estas mudanças há espaço para orientação, discussão e informações sobre a atividade a ser realizada. Proporciona oportunidade de debater democraticamente possíveis projetos profissionais, onde o supervisor e supervisionado refletem os atos e conteúdos da profissão compartilhando essa realidade procurando superá-las.

Ressaltamos que a Instituição mantém o estudante informado sobre o que vem a ser o estágio e qual seu objetivo antes de iniciar as atividades, mas diante da heterogeneidade dos estudantes podemos constatar que há alunos que demonstram interesse para ter um bom desempenho, assim como há outros que não se identificam com o curso, levando ao precário desempenho.

No tocante a concessão de vagas nas organizações agropecuárias, ainda há dificuldades em captar vagas no campo de estágio, constatamos que os alunos realizam a captação de sua própria vaga e a instituição operacionaliza o encaminhamento em observância a base legal a fim de resguardar as partes.

A Instituição de ensino celebra convênios com as Unidades Concedentes, orienta para que estas façam do estágio um verdadeiro ato de aprendizagem, fornece as bases e direciona atos, ações e responsabilidades das partes para esse fim. E aos gestores é obrigatório seguir o que dispõe a lei e, no caso do estágio, a negligência para com os dispositivos legais, abrem precedentes para o desvirtuamento e má utilização, podendo fazer com que o estágio deixe de se caracterizar em um instrumento de aprendizagem configurando o vínculo empregatício.

Por outro lado, a realidade tem demonstrado que, apesar de haver leis que procuram resguardar e proteger o estágio e os alunos no sentido de garantir condições mínimas de aprendizagem, de qualidade e treinamento profissional adequados, esta tem negado o que assegura a lei.

De acordo com os questionários aplicados aos professores das disciplinas de formação específicas do curso Técnico em Agropecuária, relatam que o estágio é configurado como a forma da Unidade concedente “usar o aluno como mão de obra barata”, confundindo como trabalhador profissional explorado pela Empresa, que o Estágio Supervisionado é confundido como mero cumprimento da carga horária, por

parte do aluno interessado apenas pelo diploma, ou por parte da Unidade Campo de Estágio, que não lhe oferece condições de aprendizagem prática condizente, delegando-lhe executar tarefas que não lhe são pertinentes, e não lhe assegura a Supervisão do Estágio.

Outro fator que dificulta o desenvolvimento do Estágio Supervisionado, é o encaminhamento de estagiário às Unidades de campo no período do recesso escolar onde os alunos do curso integrado, não disponibilizam de tempo em outro período, dificultando a orientação dos professores.

Observamos ainda nas colocações dos professores, a falta de integração com as Unidades; Instituição de Ensino e Campo de Estágio. Existe um hiato entre o que estas instituições propõem e o que executam, entre o discurso e a ação, possibilitando o impasse da teoria e a prática. Nesse sentido, a Concedente descarta o aspecto da formação para o pensar, o refletir, o inovar e o recriar o exercício profissional, dando prioridade para as atividades rotineiras do cotidiano. Portanto, esses sujeitos não concebem o Estágio Supervisionado como atividade teórico - prática de aprendizagem e sim como o momento de praticar, de colocar em prática o conhecimento acumulado nas disciplinas e de confrontar a teoria com a prática e não de uni-las.

Considerando este aspecto o Estágio passa a privilegiar a prática, sem articular com a teoria, com o conhecimento sistematizado e construído histórico e socialmente. Cabendo a Instituição se fazer mais presente durante a realização do estágio, possibilitando aos seus alunos e as concedentes conhecerem o que realmente vem a ser o estágio, qual seu objetivo, definir metas e avaliar resultados.

Convém ressaltar que os vínculos entre as duas instituições existem apenas por um primeiro contato e por documentos (convênios e termos de compromisso, exigidos por lei, avaliação etc). Deve haver nesta perspectiva, uma maior aproximação, para acompanhar de perto o estágio, assumir a Supervisão do aluno, sendo o orientador um professor do Curso.

Quanto à importância do Estágio Supervisionado na formação do Técnico em Agropecuária, é incontestável a sua relevância, como fonte de experiência, potencializador de aprendizagem e de preparação para o mundo do trabalho. Os indicadores resultantes dos questionários aplicados aos atores deste estudo apontam o Estágio Supervisionado como possibilidade de ampliar conhecimentos e

adquirir experiências; ter um panorama de mercado de trabalho; oportunidade de treinamento para lidar com pessoas; oportunidade de auto-avaliar conhecimentos e aptidões; confirmar ou não a escolha da profissão; perceber-se sujeito em processo de amadurecimento pessoal, profissional e intelectual.

Concordamos com os professores inferidos nesta pesquisa, ao proporem a Coordenadoria de Estágio que desenvolva trabalhos sobre o estágio de forma regular nos horários estabelecidos pela Instituição de Ensino desde a primeira série no que concernem aos aspectos legais e pedagógicos do Estágio, possibilitando exposições e debates sobre as atividades pertinentes ao estágio supervisionado, apresentando os possíveis campos de estágio.

O professor orientador dê suporte ao aluno, discuta com seus orientandos sobre os campos profissionais, qual o papel do estagiário nesses campos, as atividades das respectivas áreas de sua competência, oriente o modelo e a forma de elaborar o relatório, reflita juntamente com o aluno sobre as relações de trabalho e a formação para este trabalho, as divisões, as implicações discriminatórias, com foco no estágio, seus conceitos e entendimento como ato educativo.

A coordenação de estágio disponibilize aos alunos, os relatórios mais substanciais que retratem a realidade vivida, utilizando a teorização como forma de esclarecer, de refletir, de espelhar o que se deu nessa vivência. Não vendo a teoria como fim, mas como um meio de explicar essa realidade conhecida por meio do estágio. O relatório sendo apenas arquivado, não é passível de transformar a informação em conhecimento.

É importante que o aluno conheça a Unidade Concedente de Estágio, para que ele se familiarize com estas prática de estágio, devendo o seu conhecimento abarcar as características dessa instituição, sua estrutura, os serviços oferecidos, a rotina de trabalho, os recursos materiais e humanos.

O estágio seja fruto de planejamento, direcionamento, execução de metas estabelecidas, havendo boa comunicação e interação entre os atores, delineando caminhos para alcançar sucesso.

REFERÊNCIAS³⁵

ANDRADE, M.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**, São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

AQUINO, Júlio Groopa. **Do Cotidiano Escolar ensaios sobre a ética e seus valores**. São Paulo: Summus, 2000.

BARDIN.L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOMFIM, Manoel Azevedo. **América Latina: Males de Origem**, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BIANCHI, R.; MORAES. Ana Cecília de; ALVARENGA Marina. **Orientação para estágio em licenciatura**, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/_quadro.htm. Acesso em 01 de agosto 2010.

_____. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei nº 11.788/2008**. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes. Brasília/DF: 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29/12/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Lei nº 6.494**, de 07 de dezembro de 1977. Dispõe sobre estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, 09 de dezembro de 1977.

³⁵ As referências apresentadas estão obedecendo as normas empregada pela ABNT NBR 6027

_____. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a **Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977**, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil.../decreto/d87497.htm Acesso 01 de agosto de 2010.

_____. Lei 2.208/1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../D2208.htm Acesso em 27 de outubro de 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional. <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso 27 de outubro 2010.

_____. **Educação profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**/ Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000. Caderno de Agropecuária.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em 28 de fevereiro de 2010.

_____. **Educação Profissional e Tecnológica Legislação Básica**. Brasília: MEC, 2005.

_____. **O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas** – PDE – Ministério da Educação, 2007. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso 10 de setembro 2009.

_____. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de out. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8670.htm Acesso 28 de outubro de 2010.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização – questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CASTRO, Amélia Domingues de. Articulação da Prática de Ensino com as Matérias Pedagógicas. IN: BERNARDO, M. V. C. (org.). **Formação do professor: atualizando o debate**. São Paulo, EDUC, 2000, Série Cadernos PUC, nº 34, p. 135 – 148.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil Leitura Crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001, 164p.

COELHO, Carlos Dinarte; Rech, Luiz Roberto Dalpiaz. **Técnico Agrícola: Formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Impr. Livre, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF:Flacso, 2000.

CUNHA, Gregório Maranguape e HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. Quem é o profissional do curso de graduação tecnológica? In: CUNHA, Gregório Maranguape; Holanda, Patrícia Helena Carvalho e Vasconcelos, Cristina Lins de. (orgs). **Estágio supervisionado questões da prática profissional**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

DECRETO Federal, nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002, **Altera o Decreto nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985**, regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. www.jusbrasil.com.br Acesso 27 de setembro de 2010.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa, **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2007

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**, São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. **“O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”**. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira – 3.ed.-** São Paulo: Cortez, 2008.

MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1992. (Coleção Educação 13)

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. RJ: Record, 1999.

GRESSLER, Lori Alice, **Pesquisa Educacional: Importância, Modelos, Variáveis, Hipóteses, Amostragem, Instrumentos**, São Paulo: Loyola, 1979.

KULCSAR, Rosa. O Estágio supervisionado como atividade integradora. In PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas SP: Papirus, 1991.

LIBANEO, José Carlos, **Didática**, São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Prática Docente e Avaliação**, Rio de Janeiro: ABT, 1990.

MACHADO, Charliton J. dos Santos; Nunes, Maria Lúcia da Silva. **Educação, identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manoel Bomfim**. Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, nº28, dez 2007. p 57-69.

MENEZES, Sheilla Alessandra Brasileiro de. In: FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília (editores). **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte, MG, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (FAE-UFMG), 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 108 p.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quatti Ribeiro do. **Pedagogia Liberal Modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.

OLIVEIRA, Jorge Leite de Oliveira. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Veras de. (org.) **Qualificar para quê? Qualificação para quem? do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje?** São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG, 2006.

OLINDA, Ercília Maria Braga de; FERNANDES, Dorgival Gonçalves. **Práticas e Aprendizagens docentes**. Fortaleza: Ed. UFC. 2007.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais, uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/>. Acesso em: 27 fev.2009.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local.** – 2003. Dissertação de Mestrado.

PILETTI, Nelson. **História da , no Brasil.** São Paulo: Ática,1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. São Paulo: Cortez, 2009.

PENTEADO, Heloisa Dupas. O Estágio em quatro tempos. **Série Documental: Relatos de Pesquisa.** v. 3, n. 25, 2007.Disponível em <http://www.publicações.inep.gov.br>. Acesso em 25 de outubro de 20210.

_____, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores.** – São Paulo: Cortez, 1992, 159 p.– 2. ed.rev.- (Coleção magistério – 2º Grau)

REIS, Iris. **Escolas Agrotécnicas Federais/ EAFS:** Objetivos e novas funções na década de 1990. 2001. 168 f. Dissertação de Mestrado em Ciências do Solo.Instituto de Agronomia da Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIANI, Dirce Camargo. **Formação do Professor: a contribuição dos estágios supervisionados.** São Paulo: Lúmem, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. Educação especial: desafios de garantir igualdade aos diferentes. In: PICONIZ, Stela C. Bertholo (Coord). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas, SP: Papirus, 1991.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003, 206 p. (Coleção Memória da educação)

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**, São Paulo: Atlas, 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**; Colaboração: Grace Vieira Becker e Maria Ivone de Mello. São Paulo: Atlas, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. 259 p., 2009. 172 p. Dissertação Mestrado

SANTOS, Eliane Regina Acácio dos. **A realidade do estágio supervisionado no ensino profissionalizante de nível médio: um estudo sobre o curso de técnico agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO – Brasília**. 2009, 172 p.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: currículo integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Equidade e qualidade da educação brasileira: V**
SILVA, A. M. da; MOURA, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**, Fortaleza: 2000.

SILVA, Lazara Cristina da; MIRANDA Maria Irene. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: desafios e possibilidades**. Araraquara –SP: Junqueira & Marin: Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2008.

SOARES, A.D. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em Agropecuária nos anos 90: regulação ou emancipação?** 2003.242 p. (Tese Doutorado em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade): CPDA/ Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Manoel Luiz da. Remanescências: **Capítulos da História do Patronato Agrícola**. Bananeiras –PB: Ed. do autor, 1994.

YOSHIOKA, Clarice. Estágio no Ensino Superior: uma questão social. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 27, 2005. Disponível em: www.trt15.gov.br/escola_da_magistratura/home.shtml. Acesso em 02 mar.2010.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 1ª e Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil. 2007.

TEXEIRA, Edival (org.). **Educação: Algumas reflexões sobre política, teoria e prática**. Pato Branco: Liceu Teixeira. 2005.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

- 1 - Que concepção você tem sobre Estágio Supervisionado?
- 2 - Qual a importância do estágio para formação do Técnico em Agropecuária?
- 3-Quais sugestões você apresentaria para a realização do Estágio Supervisionado?
- 4 - Quais os principais entraves ao estágio?
- 5 - Quais são as dificuldades do estagiário?

APÊNDICES II

QUESTIONÁRIO APLICADO AS EMPRESAS

Nome da empresa:

Atividade desenvolvida pela empresa:

Responsável pela contratação de estagiário:

1. Como o estagiário de Agropecuária se enquadra nas atividades da empresa?
2. O estagiário de Agropecuária atua em quais atividades?
3. Qual a importância dessas atividades para o desenvolvimento da empresa?
4. Como o curso Técnico Agrícola vem atendendo às necessidades da empresa?
5. Qual o melhor período para o estagiário realizar seu estágio supervisionado?

APÊNDICES III

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS

SEXO () F () M ANO DE CONCLUSÃO _____
OCUPAÇÃO ATUAL _____ Local de trabalho: _____

1. Nome da empresa /Instituição em que estagiou:
2. Setor ou setores da Empresa que estagiou:
3. Cite as atividades que realizava na empresa:
4. Quais as facilidades /dificuldades encontradas durante a realização do Estágio Supervisionado?
5. Quais as contribuições do Estágio Supervisionado para sua formação profissional?
6. O que o estágio significou para você?
7. Na sua concepção como a empresa ver o estagiário?

APÊNDICES IV

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS ESTAGIÁRIOS

SEXO () F () M ANO / SÉRIE:

OCUPAÇÃO ATUA:

Local de trabalho:

1-Em que área do curso Técnico em Agropecuária, pretende realizar seu Estágio Supervisionado?

2-De que forma você conseguiu a concessão da empresa para realizar o Estágio Supervisionado?

3-O que é de positivo, e lhe chama mais atenção no estágio?

.

4-Quais as atividades previstas no seu plano de estágio?

.

6-Quais são suas expectativas em relação ao estágio?

APÊNDICES V

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

SEXO () F () M ANO / SÉRIE _____

OCUPAÇÃO ATUAL _____ Local de trabalho: _____

- 1- Em que empresa seu Estágio Supervisionado será realizado?
- 2- Quem será seu orientador?
- 3- De que forma você conseguiu a concessão da empresa para realizar o Estágio Supervisionado?
- 4- O que é de positivo, e lhe chama mais atenção no estágio?
- 5- Quais as atividades previstas no seu plano de estágio?
- 6- Quais são suas expectativas em relação ao estágio?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre O Estágio Supervisionado Curricular na Formação do Técnico em Agropecuária: no IFPB - SOUSA, estar sendo desenvolvida por Dourivan Elias Vieira, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª Drª Maria da Salete Barbosa de Farias.

Os objetivos do estudo são: Analisar a proposta e a prática do Estágio Supervisionado do curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – Sousa a partir dos sujeitos envolvidos neste processo; Caracterizar a proposta de Estágio Supervisionado no contexto da prática curricular trabalhada pelo IFPB - Sousa; analisar a percepção de professores e alunos no que se refere à prática de estágio supervisionado; analisar a percepção dos empresários do setor agrícola sobre a prática do estágio enfatizando o perfil dos Técnicos que o IFPB está formando;

A finalidade deste trabalho é contribuir para a formação do Técnico em Agropecuária de forma a estabelecer a integração do Instituto com as empresas da área agrícola, assim como proporcionar feed back aos professores da área técnica.

Solicitamos a sua colaboração para responder questionários e entrevistas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde .

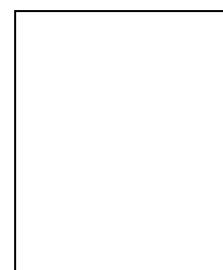
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição .

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão

dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora:

Endereço (Setor de Trabalho): Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia –IFPB
Campus Sousa –PB.Av. Tancredo Neves Jardim Sorrilândia – Sousa -PB

Telefone: (83) 3522 2727 e (83) 3556 1029

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante